UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES-CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA -UNAGEO
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

MARIA DE FÁTIMA CARLOS DE OLIVEIRA

ECOLOGIA DOS SABERES EM ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM COM CARTOGRAFIA SOCIAL: EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS A PARTIR DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DA INICIAÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA JUNTO À COMUNIDADE DO ASSENTAMENTO PADRE CLEIDES- SANTA HELENA/PB

CAJAZEIRAS-PB
2024

MARIA DE FÁTIMA CARLOS DE OLIVEIRA

ECOLOGIA DOS SABERES EM ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM COM CARTOGRAFIA SOCIAL: EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS A PARTIR DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DA INICIAÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA JUNTO À COMUNIDADE DO ASSENTAMENTO PADRE CLEIDES- SANTA HELENA/PB

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em Geografia.

Orientadora: Prof.ª Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira

CAJAZEIRAS-PB

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

O482e Oliveira, Maria de Fátima Carlos de.
Ecologia dos saberes em espaços de aprendizagem com cartografia social experiências vivenciadas a partir da extensão universitária e da iniciação à pesquisa científica junto à Comunidade do Assentamento Padre Cleides - Santa Helena / PB / Maria de Fátima Carlos de Oliveira. – Cajazeiras, 2024.
75f. : il. Color.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira.
Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2024.

1. Comunidade rural. 2. Luta pela terra. 3. Cartografia social. 4. Ligas camponesas. 5. Ecologia dos saberes. 6. Comissão Pastoral da Terra. 7. Assentamento Padre Cleides - Santa Helena - Município - Paraíba. I. Oliveira, Mara Edilara Batista de Oliveira. I I. Título.

UFCG/CFP/BS CDU – 316.334.55(813.3)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

MARIA DE FÁTIMA CARLOS DE OLIVEIRA

ECOLOGIA DOS SABERES EM ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM COM CARTOGRAFIA SOCIAL: EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS A PARTIR DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DA INICIAÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA JUNTO À COMUNIDADE DO ASSENTAMENTO PADRE CLEIDES- SANTA HELENA/PB

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande -UFCG, como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em Geografia.

Orientadora: Prof.ª Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira

Aprovado em: 08/11/2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira- UFCG

(Orientadora)

Prof. Dr. Rodrigo Bezerra Pessoa-UFCG

(Examinador)

Prof. Me. Matheus Gouveia- PPGG/ UFPB

(Examinador)

“O senhor é teu guarda, o senhor é teu abrigo, sempre ao teu lado.
De dia, o sol não te fará mal; nem a lua durante a noite.
O senhor te resguardará de todo o mal; ele velará sobre tua alma.
O senhor guardará os teus passos, agora e para todo o sempre”.

Salmo 120

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser o meu refúgio e dar-me forças em cada passo dessa jornada. A Ele, por iluminar meu caminho e me permitir superar os desafios com fé e perseverança.

À minha família, especialmente meu pai Leimar e minha mãe, Zilma, que sempre foram meus maiores exemplos: essa conquista é nossa. Aos meus irmãos Juliana, Jackson e Mariana e meu cunhado Gonçalo. A minha família, avós, avô, tios, tias, primos e primas, que de alguma forma me ajudaram a chegar até aqui.

Ao amor da vida da tia Maria Gianna, minha Gigi, com quem espero compartilhar minha paixão pela geografia.

Ao meu namorado, amigo e companheiro, Fábio Guedes, pelo apoio incondicional e por sempre estar ao meu lado.

Aos meus amigos, Francisco Antônio, Isabela, Ana Carolina, Maria Vitória, Rafael, Edilene, Sirlene, vocês foram essenciais na minha trajetória universitária. Agradeço pelas conversas acadêmicas e pelos momentos de descontração.

Á minha orientadora Prof.ª Dra. Mara, obrigada por confiar e acreditar no meu potencial. Sou grata pela tamanha contribuição durante a minha passagem pela UFCG, e por me apresentar o universo da pesquisa e da cartografia social.

Aos examinadores, Prof. Me. Matheus Gouveia e Prof. Dr. Rodrigo Pessoa, por aceitarem o convite para compor a minha banca e por tornar o ensino da Geografia uma experiência doce e envolvente.

A todos os professores do Curso de Geografia, pela partilha de conhecimento e dedicação ao longo do curso.

Minha gratidão a todos do Assentamento Padre Cleides, que contribuíram para a realização dos programas universitários. Obrigada pela empatia e receptividade.

RESUMO

Diversas iniciativas de mapeamento que se propõem a incluir populações locais nos processos de produção de mapas disseminaram-se, em todo o mundo, especialmente a partir dos anos 1990. São povos e comunidades em situação de conflitos que produzem seus próprios mapas, retratando seu cotidiano, suas referências, numa base cartográfica (Acselrad, 2013). Atualmente, coexistem diversas experiências que propõem uma iconografia alternativa às convenções cartográficas consideradas oficiais, e que questionam não apenas “o que se representa”, mas também “como e por que se representa”, investindo em símbolos e ícones de valor simbólico e político (dimensões indissociáveis) para cada grupo (Almeida, 2008). Nessa perspectiva, essa pesquisa teve como objetivo analisar as ações promovidas durante o processo de Cartografia Social promovido por meio de ações de extensão e iniciação científica da universidade junto à comunidade do Assentamento Rural Padre Cleides, localizado na cidade de Santa Helena-PB, no período de 2023 e 2024, durante a vigência desses programas. A Cartografia Social nos permite acessar metodologias participativas e colaborativas, que acabam por reforçar os espaços de aprendizagem, entre os diferentes sujeitos que participam do processo de se autocartografar, assim como, nos aproximar de saberes sobre o território que só os sujeitos da comunidade possuem. Nesse processo, o mapa em si não é o único resultado. Ao envolver a comunidade no processo de mapeamento, a Cartografia Social, potencializa o território em um espaço dinâmico de troca de saberes, promovendo o diálogo entre o conhecimento local e as práticas científicas, reverberando em um processo de autogestão do território do camponês do Assentamento Padre Cleides. Essa abordagem está alinhada com o conceito de ecologia de saberes de Santos (2013), que valoriza a interação entre as diferentes formas de conhecimento. A estrutura de capítulos parte da luta pela terra da comunidade, perpassa todo o processo cartográfico e culmina em uma análise mais crítica sobre as possibilidades de produção de saberes que se dão a partir dessa troca entre comunidade e universidade, com ênfase na experiência vivida pela pesquisadora durante a pesquisa.

Palavras- chave: luta pela terra; cartografia social; ecologia dos saberes.

ABSTRACT

Several mapping initiatives that aim to include local populations in map production processes have spread throughout the world, especially since the 1990s. These are peoples and communities in conflict situations that have been producing their own maps, portraying their daily lives and their references, on a cartographic basis (Acselrad, 2013). Currently, several experiences coexist that propose an alternative iconography to that of the cartographic conventions considered official, and that question not only “what is represented”, but also “how and why it is represented”, investing in symbols and icons of symbolic and political value (inseparable dimensions) for each group (Almeida, 2008). From this perspective, this research aimed to analyze the actions promoted during the Social Cartography process promoted through extension and scientific initiation actions of the university with the community of the Padre Cleides Rural Settlement, located in the city of Santa Helena-PB, in the period of 2023 and 2024, during the validity of these programs. Social Cartography allows us to access participatory and collaborative methodologies that end up providing spaces for learning and exchanging knowledge among the different subjects who participate in the process of self-mapping, as well as bringing us closer to knowledge about the territory that only the subjects of the community have. In this process, the map itself is not the only result. By involving the community in the mapping process, social cartography transforms the territory into a dynamic space for exchanging knowledge, promoting dialogue between local knowledge and scientific practices, which reverberate in a process of self-management of the peasant territory of the Padre Cleides settlement. This approach is aligned with Santos' (2013) concept of ecology of knowledge, which values the interaction between different forms of knowledge. The structure of the chapters starts with the struggle for the community's land, goes through the entire cartographic process until we reach a more critical analysis of the possibilities of knowledge production that occurs from this exchange between the community and the university, with an emphasis on the experience lived by the researcher during the research.

Keywords: struggle for land; social cartography; ecology of knowledge

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Mapa com destaque para o município de Santa Helena-PB.

MAPA 2: Localização do Assentamento Padre Cleides, em Santa Helena -PB.

MAPA 9: Mapa da Cartografia Social do Processo de Autogestão Territorial do Assentamento Padre Cleides.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 3: Linha do tempo do Assentamento Padre Cleides, Santa Helena-PB.

IMAGEM 4: Comunidade visualizando outros exemplos de aplicação da cartografia social em outras comunidades.

IMAGEM 5: Prof. Mateus Gouveia coordenando a oficina de visualização com drone.

IMAGEM 7: Última oficina, a comunidade debatendo o mapa, juntamente com a Prof. Mara Edilara.

IMAGEM 10: Alguns membros da comunidade Assentamento Padre Cleides observando e discutindo o mapa, em conjunto com a aluna PIBIC- Maria de Fátima Oliveira.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 6: Os desenhos acima simbolizam as residências, a área de baixio, a igreja da comunidade e um cata-vento, ilustração realizadas pelas crianças da comunidade.

FIGURA 9: Organograma do percurso metodológico da cartografia social.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Enumeração dos entrevistados

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

INDA- Instituto de Desenvolvimento Agrário

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PNRA- Política Nacional de Reforma Agrária

CEB´s- Comunidades Eclesiais de Base

CPT- Comissão Pastoral da Terra

CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

PB- Paraíba

PE.- Padre

PA- Projeto de Assentamento Federal

CPRM- Serviço Geológico do Brasil

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

Hab/ km²- Habitantes por quilômetro quadrado

ONGs- Organização Não Governamental

GPS- Sistema de Posicionamento Global

SIG- Sistema de Informação Geográfica

3D- Tridimensional

PROBEX- Programa Institucional de Bolsas de Extensão

PIBIC- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

NEDET- Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial

Qgis- Plataforma geoespacial que integra e conecta dados por meio do contexto geográfico

ArcGis- Plataforma geoespacial que integra e conecta dados por meio do contexto geográfico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....13

2 UM BREVE PANORAMA DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA.....17

2.1 A FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO PARAIBANO E AS LIGAS CAMPONESAS…….21

2.2 COMISSÃO PASTORAL DA TERRA(CPT).....25

2.3TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: PA ASSENTAMENTO PADRE CLEIDES …….26

3 CARTOGRAFIA SOCIAL: NOVAS PRÁTICAS, NOVOS SIGNIFICADOS……35

3.1 OS MÚLTIPLOS USOS DA CARTOGRAFIA SOCIAL……38

3.2 OFICINAS DE CARTOGRAFIA SOCIAL COMO FERRAMENTA PARTICIPATIVA-PROBEX.……40

4 CARTOGRAFIA SOCIAL E ECOLOGIA DOS SABERES: ENTRELAÇANDO CONHECIMENTOS ACADÊMICOS E TRADICIONAIS……51

4.1ECOLOGIA DOS SABERES: INTEGRAÇÃO ENTRE OS SABERES TRADICIONAIS E ACADÊMICOS ……53

4.2 RELATO DE EXPERIÊNCIAS NO ÂMBITO PROBEX E PIBIC…….60

5 CONCLUSÃO.....65

6 REFERÊNCIAS.....67

7 ANEXO 1.....72

ANEXO 2 73

8 APÊNDICE A 75

1 INTRODUÇÃO

A partir dos anos de 1990, houve uma disseminação global de iniciativas de mapeamento que buscaram incluir a população local na produção do mapa. Essa prática envolve uma ampla variedade de instituições, como agências governamentais, ONGs, organizações indígenas, organismos multilaterais, fundações privadas e universidades, sendo reconhecidas internacionalmente como iniciativas de "mapeamento participativo" (Acselrad,2008).

O presente trabalho emerge de reflexões oriundas dos programas universitários PROBEX[1] e PIBIC[2], cujas atividades foram realizadas no Assentamento Padre Cleides, localizado na cidade de Santa Helena-PB, no período de 2023 a 2024, durante a vigência desses programas. O Assentamento Padre Cleides nasce como fruto do movimento da Reforma Agrária na Paraíba, coordenado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), por meio da desapropriação da Fazenda Saco, pertencente ao latifundiário Romualdo Braga Rolim.

O Programa de Bolsa de Extensão (PROBEX), foi realizada juntamente com os núcleos de pesquisa NEDET/CARTONOMIA, compreendo os meses de junho a novembro de 2023, com o projeto intitulado *"Mapeando saberes: Geotecnologias aplicadas a autogestão territorial por meio do processo de ensino e aprendizagem no semiárido".*

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), intitulado como *"Espaços de aprendizagem e representação do mundo: Uma análise das oficinas de cartografia social no Assentamento Padre Cleides-PB,* abrangeu os meses setembro de 2023 a setembro de 2024.

A realização dessa pesquisa justifica-se, a partir de inquietações que surgiram durante as aulas da disciplina de Geografia Agrária do CFP/UFCG. Ao estudar concentração fundiária no país e nas desigualdades que essa problemática traz aos

[1] O Programa de Bolsas de Extensão - PROBEX, tem como objetivo contribuir para a formação profissional dos graduandos, a partir do envolvimento em situações concretas de ensino-pesquisa viabilizadas pelas atividades de extensão.

[2] O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, visa apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica.

menos favorecidos e trabalhadores rurais do país. Nesse contexto, surgiram motivações para buscar compreender essa realidade, considerando que, na cidade onde reside, há uma área de assentamento rural, fruto da luta pela terra.

O presente estudo se mostra relevante no sentido de compreender a Cartografia Social como mecanismo para viabilizar as vozes dessas pessoas, além de contribuir para a aproximação entre a universidade e os grupos sociais, promovendo um espaço de integração de saberes. Ao adotar o mapeamento participativo, a pesquisa permite que a própria comunidade represente e interprete seu território com base em suas concepções. Além disso, compreender o processo de luta pela terra como oportunidade para uma percepção mais profunda dos sentimentos e motivações que impulsionaram os assentados em sua busca por direitos e reconhecimentos.

O objetivo geral desta pesquisa é analisa as contribuições da Cartografia Social no Assentamento Padre Cleides durante as vigências dos Projetos PROBEX (2023) e PIBIC (2023-2024). Para atingir esse objetivo, a pesquisa será orientada por uma série de objetivos específicos: compreender a questão agrária no Brasil e na Paraíba, assim como a luta pela terra na região; compreender o processo de formação do Assentamento Padre Cleides, em Santa Helena-PB; analisar a Cartografia Social, enquanto metodologia participativa e suas ramificações; identificar como a Cartografia Social contribuiu para o processo de autogestão da comunidade, como vínculo de fortalecimento; e por fim, avaliar a ecologia dos saberes, como ferramenta de intersecção entre o conhecimento acadêmico e saberes tradicionais.

Dessa forma, a pesquisa busca investiga a seguinte questão: Como a Cartografia Social, desenvolvida no Assentamento Padre Cleides durante a vigência dos programas PROBEX (2023) e PIBIC (2023-2024), contribuíram para a construção de um espaço que promove uma ecologia dos saberes?

Os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos do trabalho, foram realizados ao longo de um ano e seis meses de pesquisa. Desse total, três meses foram dedicados à atuação como extensionista vinculada ao PROBEX, enquanto o restante do tempo foi dedicado à pesquisa como bolsista PIBIC.

Os métodos empregados incluem pesquisas bibliográficas, com abordagem qualitativa, com revisões da literatura sobre cartografia social, questões agrárias no

Brasil e na Paraíba e a história do Assentamento Padre Cleides. Também foram realizadas pesquisas de campo, envolvendo visitas ao assentamento, onde foram realizadas entrevistas e rodas de conversas.

Diante disso, foram promovidas oficinas de mapeamento participativo com os assentados, que resultou na construção coletiva de um mapa do assentamento, intitulado como "*Mapa da Cartografia Social do Processo de Autogestão Territorial do Assentamento Padre Cleides".* As oficinas realizadas, acompanharam as seguintes etapas: sensibilização e aproximação com a comunidade; produção de croquis e análise de imagens de satélites; oficina de desenhos com as crianças; trabalhos de campo de coleta de dados (GPS e Drone); atividades em laboratório e a sistematização do mapa em SIGs, que teve como um dos resultados físicos a produção de um mapa do assentamento.

Os procedimentos metodológicos adotados para realização das entrevistas consistem em uma entrevista semiestruturada, combinada com a modalidade de grupo focal. Segundo Oliveira (2023, p.13), as entrevistas semiestruturadas, como a própria designação sugere, têm como característica um roteiro preestabelecido no qual o pesquisador inclui um pequeno número de perguntas abertas e deixa o entrevistado livre para falar, podendo realizar perguntas complementares para compreender o fenômeno investigado. Para a condução da entrevista, as cadeiras foram dispostas em formato de circular, proporcionando uma visão geral dos participantes. Não foram estabelecidos critérios de seleção, permitindo que os assentados decidissem responder livremente ou não às perguntas.

Combinado com a abordagem de grupo focal, a entrevista permite, ainda, segundo Gatti (2005, p.11) compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado. A pesquisa com grupos focais, além de ajudar na obtenção de perspectivas diferentes sobre a mesma questão, permite também a

compreensão de ideias compartilhadas por pessoas no dia a dia e dos modos pelos quais os indivíduos são influenciados pelos outros.

O trabalho está estruturado em oito capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma introdução onde está abordada a temática em questão, as justificativas que para a escolha do tema, metodologias adotadas para uma compreensão aprofundada da pesquisa, objetivos, relevância e a problemática a ser investigada.

O segundo capítulo aborda um panorama da questão agrária no Brasil, incluindo a formação do espaço agrário paraibano, o surgimento das ligas camponesas, a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), concluindo com a apresentação do objeto de estudo, o Assentamento Padre Cleides.

O terceiro capítulo apresenta a descrição da Cartografia Social, os múltiplos usos da Cartografia Social, e as oficinas aplicadas no Assentamento Padre Cleides, durante a vigência do PROBEX (2023).

O quarto capítulo é dedicado à Cartografia Social e à ecologia dos saberes, enquanto espaços de troca de conhecimento, abordando como a ecologia dos saberes atua na integração entre os saberes acadêmicos e populares. Por fim, traz um breve relato das vivências durante os programas PROBEX e PIBIC.

O quinto capítulo apresenta a conclusão do trabalho; o sexto capítulo corresponde às referências; o sétimo capítulo traz a imagem do mapa, em tamanho A4, elaborado pela comunidade junto com os extensionistas do PROBEX; o oitavo capítulo corresponde às perguntas que nortearam a entrevista.

2 UM BREVE PANORAMA DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

A concentração fundiária no Brasil nos remota ao sistema de capitanias hereditárias. Essa forma de organização territorial, implantada pelos portugueses, consistia em dividir o território em grandes faixas de terra, as capitanias, que eram doadas aos donatários com o objetivo de colonizar e explorar as novas terras. Posteriormente, essas terras foram passadas de geração em geração. De acordo com Fernandes (1999, p.10):

> Há 500 anos, desde a chegada do colonizador português, começaram as lutas contra o cativeiro, contra a exploração e consequentemente contra o cativeiro da terra, contra a expulsão, que marcam as lutas dos trabalhadores. Das lutas dos povos indígenas, dos escravos e dos trabalhadores livres e, desde o final do século passado, dos imigrantes, desenvolveram-se as lutas camponesas pela terra. Lutas e guerras sem fim contra a expropriação produzida continuamente no desenvolvimento do capitalismo.

É fundamental distinguir a luta pela terra da luta pela Reforma Agrária, como aponta (Fernandes,1999): a primeira é bem mais ampla e histórica, ocorrendo independentemente de órgão governamentais. A luta pela terra é mais específica, desenvolvida pelos sujeitos interessados, ou seja, representa a resistência camponesa à exploração e violência, em busca de autonomia e dignidade. A Reforma Agrária, por sua vez, é um projeto político amplo e envolve diversos atores sociais. A luta pela terra promove a luta pela Reforma Agrária.

A concentração de terra sempre foi um obstáculo para os camponeses no Brasil e reflete diretamente nas complexidades do contexto político, econômico e social do país ao longo dos anos. É diante deste necessário que surgem os primeiros movimentos sociais na luta pela terra, como destaca Fernandes (2000, p. 25):

> A história da formação do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista. Nesse processo de formação de nosso País, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativeiro, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativeiro da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas. Lutas e guerras, uma após a outra ou ao mesmo tempo, sem cessar, no enfrentamento constante contra o capitalismo.

A partir de 1940, os movimentos sociais em prol da luta pela terra passaram a ganhar dimensão territorial. Alguns processos de reivindicação possibilitaram a visibilidade desses movimentos. Segundo Santos (2011, p. 36):

> No governo militar (1964 – 1984), foi criado o Estatuto da Terra (Lei 4504, de 30 de novembro de 1964), que define a função social da terra, a qual seja produzir alimento, mercadoria e trabalho. Dessa forma, as grandes extensões de terras (latifúndios) que não praticassem a função social deveriam ser desapropriadas e destinadas à reforma agrária.

Conforme a Lei 4.504/1964, estabeleceram-se critérios para que uma área seja considerada improdutiva. Segundo a legislação, a terra é classificada improdutiva quando não atende à sua função social. De acordo com o artigo 186 da referida lei, a função social é:

> Cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:
> I - Aproveitamento racional e adequado;
>
> II -Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
>
> III -Observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
>
> IV-Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.Título VII> Capítulo III*).

Para analisar os critérios exigidos pela lei, foi criado o Instituto de Desenvolvimento Agrário (INDA), que em 1970, se transformou no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No contexto de ampliação dos direitos pela Reforma Agrária no país, surgiram, nas décadas de 1980 e 1990, movimentos sociais que impulsionam e continuaram a impulsionar o Estado para garantir seus direitos.

Na perspectiva de Oliveira (2007, p.68), a Reforma Agrária é vista como um conjunto estratégico de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas:

> [...] com o intuito de modificar a estrutura fundiária de uma região ou de todo um país. A reforma se constitui por meio de mudanças na distribuição da propriedade e ou na posse da terra e da renda, com o propósito de melhorias nos ganhos sociais, políticos e culturais, técnicos e econômicos (crescimento da produção agrícola) e a reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais.

Além disso, (Oliveira 2007), argumenta que, para que ocorra a implementação da Reforma Agrária, são necessárias duas políticas fundamentais: a política fundiária e a política agrícola. A política fundiária remete a um conjunto de princípios que as diferentes sociedades aprovaram como aceitável ou justo para a apropriação privada da terra. Essa política engloba aspectos como a regulamentação de tributos sobre a propriedade privada, legislações sobre o uso e jurisdições do poder, bem como programas destinados à aquisição de terras. Enquadra-se também nesta política encontra-se também a limitação de hectares. No Brasil, a aquisição de terras ocorre por meio de processos licitatórios, estando sujeita às limitações legais.

De acordo com (Oliveira, 2007), “a Constituição de 1946, definiu um limite de 10.000 hectares, mas esse limite foi limitado para 3.000 hectares em 1967; posteriormente, em 1988 foi reduzido para 2.500 hectares, permanecendo até os dias atuais”. Para (Oliveira, 2007), a política agrícola, por outro lado, refere-se a um conjunto de ações que visam garantir que as terras distribuídas pela reforma agrária sejam produtivas e sustentáveis. Essas ações incluem assistência social e técnica aos assentados, além de fomento à produção, comercialização, beneficiamento e industrialização de produtos agropecuários. Também são contemplados acesso à educação e saúde, assistência técnica e financeira, créditos e seguros, bem como programas de garantia de preço mínimo e outros subsídios, redes elétricas, obras de infraestrutura como construções de moradias e outras estruturas necessárias

Portanto, compreende-se que a Reforma Agrária está ligada à implementação de políticas públicas que se direcionam ao fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural. A Reforma Agrária, não se limita apenas à distribuição de terra, mas abrange um complexo de medidas que preveem condições para que as famílias assentadas possam produzir e contribuir para a redução das desigualdades regionais e locais.

De acordo com o artigo 184 da Constituição Federal Brasileira de 1988, a Reforma Agrária passou a fazer parte da pauta política do país. Para operacionalizar essa diretriz constitucional de redistribuição de terras, foi criada a Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

A PNRA é um conjunto de diretrizes e ações coordenadas pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que visa redistribuir as terras de maneira

mais equitativa. Uma das ações dessa política foi a criação de assentamentos rurais, que são definidos como:

> Um conjunto de unidades agrícolas, instaladas pelo Incra em um imóvel rural. Cada uma dessas unidades, chamada de parcelas ou lotes, é destinada a uma família de agricultores ou trabalhador rural sem condições econômicas de adquirir um imóvel rural. A família beneficiada deve residir e explorar o lote, com o desenvolvimento de atividades produtivas diversas. (*INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA*).

A criação de assentamentos rurais visa proporcionar às famílias de agricultores e trabalhadores rurais o acesso à terra, já que estes não possuem recursos suficientes para comprar um imóvel rural. Conforme afirma Santos (2010, p 37):

> O Brasil tem uma dívida histórica com os trabalhadores camponeses no que diz respeito às políticas fundiárias. O monopólio das grandes propriedades foi instituído com êxito no decorrer dos séculos que sucederam a chegada dos portugueses, com privilégios fundiários concedidos a uma parcela reduzida da sociedade. Tal privilégio resultou na concentração de terra nas mãos de poucos e se agravou ainda mais com a modernização do campo.

Na criação de um assentamento rural, cada família recebe um lote de terra onde passa a residir e desenvolver atividades agrícolas diversas, com a intenção de gerar renda e sua subsistência. De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os assentados pagam pelo lote que receberam do Incra e pelos créditos contratados. A criação de um assentamento rural é uma alternativa para combater a concentração fundiária e a desigualdade no campo, promovendo ao mesmo tempo, a inclusão social e o desenvolvimento das áreas rurais.

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a forma mais conhecida e utilizada para a construção de um assentamento rural é a desapropriação, na qual imóveis rurais de particulares são incorporados à Reforma Agrária mediante pagamento prévio de indenização. O processo de desapropriação para fins de reforma agrária segue o disposto na Lei 8.629 de 1993. O processo de aquisição (compra e venda) é disciplinado pelo Decreto 433 de 1992 (INCRA,2020).

A criação de uma área de assentamento rural desempenha um papel fundamental na reconfiguração do espaço agrário de um estado ou região. Para compreender melhor a luta pela terra, é necessário abordar a formação do espaço agrário paraibano. A luta pela terra nesse estado teve como principal marca a formação das ligas camponesas que teve como objetivo lutar contra a concentração de terras.

2.1 A FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO PARAIBANO E AS LIGAS CAMPONESAS

De acordo com (Mitidieiro, 2008), o processo de formação do espaço paraibano, seguiu os moldes da ocupação colonial portuguesa. Os portugueses ocuparam o litoral e, posteriormente, iniciaram a abertura das vias exploratórias explorando todos os recursos naturais. Esse processo de ocupação significou a dizimação de indígenas (Tupi, Cariris e Tarairiús), o espaço agrário da Paraíba foi organizado para a monocultura de cana de açúcar, voltada para exportação.

Segundo (Moreira; Targino,1997), geograficamente o processo de ocupação se deu no sentido Leste-Oeste, ou seja, sentido do litoral para o sertão. No litoral, a produção de cana de açúcar predominava devido à proximidade com os portos, facilitando o processo de escoação da produção. Á medida que avançavam em direção ao sertão, as atividades produtivas diversificam-se, adaptando-se às diferentes de solo e clima e destinando-se a novas culturas. Como argumentam os autores:

> A evolução da atividade canavieira teve influência também na ocupação e povoamento do Sertão e Agreste. Isso porque a necessidade de especialização das terras na produção de cana de açúcar determinou a separação das atividades canavieira e pecuária. Daí resultou em uma divisão regional do trabalho: a Zona da Mata voltou-se para a produção de açúcar e o interior (Agreste e Sertão), para a produção de gado e gêneros alimentícios. A retração da economia açucareira na segunda metade do século XVII contribuiu significativamente para o povoamento do Agreste, por liberar mão-de-obra e forçar a migração para o interior. Desse modo, a organização inicial do espaço paraibano teve como suporte à atividade canavieira (no Litoral) e as atividades de pecuária e policultura no Agreste e Sertão (Moreira; Targino, 1997, p. 39-40).

A cana de açúcar, mesmo em seus períodos de ascensão e crise, sempre foi uma presença constante no espaço agrário paraibano, influenciando na estruturação do território. No período colonial, o meio rural foi marcado pela criação de engenhos produtores de açúcar, cercado por vastos canaviais. O trabalho era feito por escravos ou moradores de condição[3] (Mitidieiro, 2008).

O sertão paraibano foi destinado à criação de gado. Com o crescimento dos engenhos no litoral, houve a necessidade de ampliar a criação de gado, tanto para o consumo, como para o processo produtivo do açúcar. Formaram-se, então, grandes

[3] Família camponesa que tinha uma porção de terra cedida pelo proprietário da terra e deveria pagar pela terra cedida em forma de trabalho (cambão), ou dinheiro (foreiro) ou com o produto colhido.

fazendas no sertão, onde o vaqueiro [4]/sertanejo era o morador de condição. No século XVIII, a cultura do algodão chegou ao sertão, tornando-se o principal produto de exportação da Paraíba (Mitidieiro, 2008).

Segundo (Moreira; Targino, 1997), a cotonicultura no sertão se consolidou como resultado da combinação de gado, algodão e policultura, influenciando a organização do espaço agrário sertanejo até meados do século XX. O agreste paraibano foi destinado à cultura extensa do sisal a partir de meados de 1940.

Como apontado por (Mitidieiro, 2008), até meados do século XX o espaço agrário paraibano estava caracterizado por grandes propriedades latifundistas e em formas de trabalho escravo ou de moradores da condição. A partir de 1920, e de forma mais acentuada em 1940, com apoio governamental, ocorreu a transição dos engenhos para as usinas açucareiras. A modernização agroindustrial na década de 1960 expandiu ainda mais as áreas dedicadas ao cultivo da cana de açúcar pelas usinas, provocando transformações significativas que impactam as condições sociais.

Com a modernização do espaço agrário, o morador de condição passou a ter a sua vida marcada pela incerta de ser expulso a qualquer momento, ou os aumentos dos encargos (cambão[5] ou foro[6]), que ampliava a exploração deste trabalhador a limites insustentáveis. Assim, o morador de condição vivia na insegurança de ser expulso a qualquer momento, o que aconteceu com grande parte deles. Diante de tais situações, surgiu o maior movimento camponês brasileiro daquele período: as Ligas Camponesas, que nasceram nos municípios de Vitória de Santo Antão em Pernambuco, e em Sapé na Paraíba, em decorrência da exploração e da ameaça de expulsão dos moradores das grandes propriedades (Mitidieiro, 2008).

De acordo com Fernandes (1998, p. 8), no começo dos anos 60, nasceram as primeiras Comunidades Eclesiais de Base (CEB´s):

> Em meados dos anos 70, elas existiam em todo o País. No campo e na cidade, foram importantes lugares sociais, onde os trabalhadores

[4] Pastor ou guardador de gado

[5] Cambão: dias de trabalho gratuito cedido ao proprietário da terra, como forma de agradecimento pelo "pedaço" terra utilizado pelo camponês.

[6] Encargo financeiro a ser pago ao proprietário da terra pelo morador de condição que geralmente moravam nas áreas de cana de Engenho/ Usina.

> encontraram condições para se organizar e lutar contra as injustiças e por seus direitos. À luz dos ensinamentos da Teologia da Libertação, as comunidades tornaram-se espaços de socialização política, de libertação e organização popular. Em 1975, a Igreja Católica criou a Comissão Pastoral da Terra - CPT. Trabalhando juntamente com as paróquias nas periferias das cidades e nas comunidades rurais, a CPT foi a articuladora dos novos movimentos camponeses que surgiram durante o regime militar.

Com a sólida organização dos camponeses por meio das ligas camponesas, os fazendeiros começaram a temer a perda das suas terras, e intensificaram a expulsão dos trabalhadores como forma de reafirmar seu poder sobre a propriedade. Em 1964, com o golpe militar e a subsequente extinção das ligas camponesas, houve um aumento da expulsão dos moradores de condição, pois o regime militar autorizou o uso da força militar ou policial para remove-los de suas terras. Esse período foi marcado por uma repressão violenta e pela intensificação dos conflitos no campo, resultando em profundas mudanças sociais e econômicas na vida dos camponeses. (Mitidieiro, 2008).

A reflexão de Fernandes (1998, p.5), enfatiza a luta histórica dos camponeses contra os latifundiários e a oposição ao Estado que representa a classe dominante:

> Os camponeses sempre enfrentaram o latifúndio e se opuseram ao Estado representante da classe dominante. Assim, a resistência camponesa manifesta-se em diversas ações que sustentam formas distintas e se modificam em seu movimento. Desde meados do século XX, novas feições e novas formas de organização foram criadas na luta pela terra e na luta pela reforma agrária: as ligas camponesas, as diferentes formas de associações e os sindicatos dos trabalhadores rurais.

Conforme descrito por (Mitidieiro, 2008), em fevereiro de 1958, na Paraíba, especificamente em Sapé, surge a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, popularmente conhecida como Ligas Camponesas. Estas surgiram em decorrência da exploração do trabalho dos moradores de condição nas áreas canavieiras próximo a Sapé. Organizados sob a orientação de João Pedro Teixeira, Nego Fuba e Pedro Fazendeiro, estes trabalhadores rurais se reuniam em frente à associação para discutir sobre o aumento do preço do foro, a redução dos dias de trabalho de cambão a ser pago ao proprietário da terra e como se defenderem

de uma possível expulsão. Foi a partir dessas reuniões que a mobilização das Ligas Camponesas começou a ganhar força e dimensão espacial por toda a Paraíba.

As ligas camponesas se destacaram entre os levantes populares no campo devido às estratégias de luta e à multiplicação de focos de conflitos contra a ordem estabelecida. Devido às fortes influências das ligas, os seus líderes foram perseguidos e mortos. Um dos líderes do movimento, João Pedro Teixeira, foi assassinado a mando de um usineiro; também foram assassinados também João Alfredo Dias (conhecido por Nego Fubá) e Pedro Inácio de Araújo (conhecido por Pedro Fazendeiro). Após a morte de João Pedro, sua esposa Elizabeth Teixeira assumiu a presidência das Ligas Camponesas, juntamente com Francisco Julião que era advogado e deputado federal pernambucano. Com a entrada de Julião, o movimento assume um caráter claro e direto em relação à Reforma Agrária. Antes, a luta era para a redução do nível de exploração dos trabalhadores camponeses (Mitidieiro, 2008).

Diante desse período conturbado, a Igreja intervém nos movimentos sociais das ligas camponesas, com o objetivo de que estes abandonassem o caráter de desordem. Como apontado por Mitidieiro Junior (2008, p.287):

> Essa tradição da Igreja na Paraíba de tentar minimizar os efeitos dos movimentos sociais ganhou materialidade no período das Ligas Camponesas. Foi nesse momento que a Igreja investiu diretamente no campo político.

Em consonância com (Moreira; Targino, 1996), a Igreja[7] surge então como uma mediadora dos conflitos. De um lado, ela dá sustentação à luta dos trabalhadores ao se posicionar a seu favor, divulgando e buscando apoio da sociedade, colocando advogados à disposição. Por meio de padres e agentes pastorais leigos buscou-se devolver trabalhos de conscientização dos pequenos agricultores, buscando elevar seu nível de consciência política e fortalecer sua capacidade de organização.

[7] Não é a Igreja enquanto instituição que atua como mediadora dos conflitos, mas seus segmentos mais progressistas representados por bispos, padres, agentes pastorais leigos e entidades diversas como a CPT, CEBS, etc.

2.2 COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT)

De acordo com (Mitidieiro, 2008), foi nesse contexto que surgiu a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em uma sociedade fragilizada pela ditadura militar, marcada pela injustiça e desigualdade social fruto do capitalismo, e com uma Igreja que agora atua junto com as classes menos favorecidas por meio de instituições.

Como descrito por (Mitidieiro, 2008), em 1975, nasce a Comissão Pastoral da Terra (CPT), na Amazônia por meio de Dom Pedro Casaldáglia, com uma Igreja preocupada com a violência que atingia os índios e os posseiros da Amazônia. A expansão da CPT pelo território brasileiro, foi um processo muito rápido, pois outras igrejas dizima conviver com situações sociais semelhantes. A Igreja, portanto, se vê como porta-voz e assume o compromisso de ajudar essas pessoas, que defendem que essa libertação se daria por meio da organização desses problemas sócio-políticos.

De acordo com Moreira; Targino (1996, p. 401), a Comissão Pastoral da Terra surge como um:

> [...] “serviço cristão a causa dos camponeses e trabalhadores rurais do Brasil”. A CPT irá desempenhar uma função aglutinadora das forças que lutavam pela justiça social no campo. Através da organização dos trabalhadores, ela não só passa a defender os direitos trabalhistas do campo, mas sobretudo, começa a atuar em área de conflito, em conjunto com dioceses, paróquias e comunidades eclesiais de base, levantando a bandeira da reforma agrária. Ela ainda presta assessoria a Sindicatos dos Trabalhistas, Associações de Pequenos Produtores, movimentos sociais, etc.

Conforme especificado por (Mitidieiro, 2008), na Paraíba existiam três grupos relacionados a questão da terra: Pastoral Rural, Animação dos Cristões no Meio Rural e Movimento de Evangelização Rural, basicamente possuíam os mesmos ideais, tais como: religioso e atuação no campo. Posteriormente, com a chegada de Dom José Maria Pires à Paraíba, a Pastoral Rural foi renomeada e tornou-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Mesmo após a criação da CPT, a herança da luta pela terra construída pela Igreja permanece. A Igreja e a CPT estão conectadas e distribuídas entre as dioceses do Estado. As dioceses que abrigam a pastoral são: diocese de João Pessoa, Campina Grande, Guarabira e Cajazeiras. Consequentemente os nomes passaram a ser: CPT João Pessoa; CPT Campina Grande; CPT Guarabira e CPT Sertão (ou Alto-Sertão).

A CPT-Sertão ou CPT Alto Sertão acompanhou a transformação da Pastoral Rural em Comissão Pastoral da Terra (CPT). Porém, sua história a diferencia das demais, como destaca Mitidieiro Junior (2008, pág 315-316):

> A história da formação da CPT Cajazeiras ou CPT Sertão também acompanhou a transformação da Pastoral Rural em Comissão Pastoral da Terra, porém existem alguns fatos históricos na sua formação que a particularizam em relação às demais. As características geoeconômicas do Sertão, certamente influenciaram na forma de atuar. Não é por menos que a luta pela terra se inicia-se nos açudes públicos e que o discurso e os projetos estão baseados na ideia de reforma agrária atrelada à convivência com o semiárido.

Segundo a análise de (Mitidieiro, 2008), a unidade da CPT- Sertão enfrentou uma conjuntura eclesiástica desafiadora durante a sua formação, sob a liderança de bispos conservadores na diocese de Cajazeiras. Mesmo após o reconhecimento da CPT pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Zacarias Rolim de Moura resistiu às ações da Pastoral da Terra. Em resposta, Socorro Golveia (*in memoriam*) que trabalhou na coordenação diocesana, manteve a luta em segredo, liderando a transformação da Pastoral da Terra na Comissão Pastoral da Terra (CPT). Socorro Golveia contou com o apoio do Padre Cleides, que desempenhou um papel fundamental na articulação dessa iniciativa à margem da instituição eclesiástica

O apoio e a determinação de Padre Cleides foram essenciais para o fortalecimento da luta pela terra na região. Seu trabalho não apenas consolidou a CPT-Sertão, mas também atuou na luta pela criação do Assentamento Padre Cleides, localizado em Santa Helena- PB. Esse assentamento, nomeado em sua homenagem, reflete a continuidade e o impacto das ações iniciadas pela CPT, mostrando como a resistência e a organização comunitária podem levar a conquistas significativas na luta pela Reforma Agrária e justiça social.

2.3 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: PA ASSENTAMENTO PADRE CLEIDES

Do ponto de vista de Denez et al. (2010, p.04), o território transcende a noção de um espaço meramente geográfico, constituindo-se como um espaço vivo e transformado por grupos humanos:

> O território é o espaço apropriado por grupos humanos que, ao se apropriar deste espaço, se utilizam dos seus recursos e estabelecem características culturais a este espaço, estando inseridas neste enfoque as relações de

> poder e os conflitos que envolvem o território. O território é multifacetado, marcado por interações e encontros, o território não é apenas um local geográfico, mas um produto das interações sociais, culturais, políticas e econômicas.

Como exposto por Santos (1999, p.7), o território não é apenas uma expansão geográfica, mas um espaço carregado de significado e relações humanas:

> O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistema de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não apenas em si. O território usado é o chão mais a identidade. Identidade é o sentido de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais no exercício da vida.

Santos (1999) redefine o conceito de território ao destacar que ele não se limita à sua dimensão física ou ao sistema natural e sistema sobreposto. Para ele, o território pode ser compreendido para além de um espaço geográfico, sendo um espaço vivido carregado de significado sociais e culturais. Ao apontar que o "território usado é o chão usado mais a identidade", Santos afirma a importância do sentimento de pertencimento.

De acordo com Raffestin (1993, p. 143), o espaço é anterior ao território:

> O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Raffestin ainda destaca que [...] Ao se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente, o ator "territorializa" o espaço.

Raffestin (1993), apresenta uma visão complexa e dinâmica entre espaço e território. Para ele, o espaço precede o território como algo pré-existente, antes de ser moldado pelas ações humanas. O território por sua vez, emerge a partir de uma ação de um "ator sintagmático", podendo ser um indivíduo, grupo ou instituição, que por meio do programa transforma o espaço. Essa transformação ocorre por meio da territorialização, é uma prática social que molda a nossa relação com o território e com os outros.

O conceito de territorialidade apresenta diversas formas, estando condicionadas pela forma como determinados territórios são moldados, ou seja, resulta de uma condição social. O território rural produz territorialidade que acontece no dia a dia, como afirma Saquet (2004, p.140):

> A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, na igreja, na família, na escola etc., resultado e condição do processo de produção de cada território de cada lugar. A

> territorialidade é cotidiana, multiforme e as relações são múltiplas, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social e ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos e grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico.

O Saquet (2004) explora o conceito de territorialidade como uma influência onipresente que permeia todas as atividades cotidiana, multiforme e as relações são múltiplas. Ao considerar tal fato, o autor sugere que os vínculos com o lugar vão além de uma simples ocupação espacial, estando marcado também por relações de afeto.

A territorialização refere-se ao processo pelo qual os sujeitos se apropriam desse espaço em que vivem, moldando-o de acordo com suas práticas e formas de existência. Este conceito é amplamente discutido por Raffestin (1993), que é a denominação de territorialidade. Para o autor, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens vivem, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de sistema de relações existenciais e/ ou produtivistas.

O assentamento rural é o espaço onde a territorialidade ocorre de forma intensa e visível. O assentamento, conforme Alves (2019, p.101) é muito mais do que um pedaço de terra:

> É um espaço de criação e recriação de um território de novas e antigas relações sociais. É a territorialização do movimento de luta pela terra, é o lugar da realização da vida, da construção de uma identidade, ou seja, o lugar em que os assentados manifestam seus desejos e anseios em um novo espaço, em novas possibilidades de continuar sendo respeitado e existindo.

Conforme Moreira; Targino (1997, p. 389), a terra tem um significado profundo para o homem do campo:

> Para o homem do campo, a terra representa não apenas a possibilidade de sua sobrevivência, mas também a garantia de poder permanecer com sua família no seu local de origem, livre da sujeição do cambão ou do trabalho alugado. A terra constitui ainda para o camponês o único bem e a única herança passível de ser deixada para a família. Em outras palavras, a terra confere dignidade ao pequeno produtor.

Na Geografia política, a formação de um território é um processo histórico e social complexo. A apropriação e a ocupação do território por grupos sociais moldam as paisagens e as relações de poder. Segundo Souza (2003, p. 84), a ocupação do território é fundamental na criação de raízes e na construção de identidades para os grupos sociais, ao afirmar que:

> A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode ser mais compreendido sem o seu território, no sentido em que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio, "paisagem"). E mais: os limites do território não seriam, é bem verdade, imutáveis (...), mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade socioespacial, identidade na verdade não apenas com o espaço físico, concreto, mas com o território e, por tabela, como o poder controlador desse território.

Fernandes (1999, p.9), os espaços de luta e resistência camponesas no Brasil são materializados na ocupação da terra:

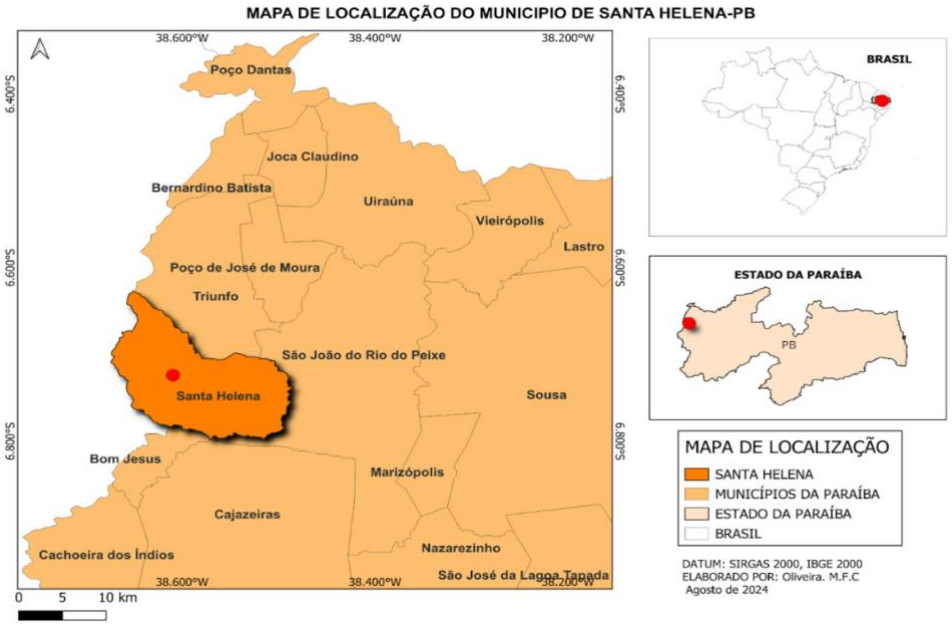
> A ocupação é condição da territorialização. A terra conquista é uma fração do território, onde os sem-terra se organizam para promover um novo grupo de famílias que irá realizar uma nova ocupação, conquistando outra fração do território. Assim, a luta se renova e se amplia, territorializando-se. Dessa forma, os sem-terra migram por todo o território nacional, plantando as raízes da luta e minando a estrutura fundiária.

Segundo Terra (2019, p.200), os assentamentos rurais não apenas ocupam o espaço físico, mas reconstroem o significado de território no meio rural:

> Os assentamentos rurais têm um papel relevante na construção de novos territórios no meio rural, pois consistem em espaços especiais que permitem a ressignificação do lugar, ou seja, à medida que novos assentamentos são organizados, se estabelecem novas formas de produção e novas formas de trabalho.

Buscando entender melhor a formação e a construção desses novos territórios no Brasil, escolhemos o Assentamento Padre Cleides, como nosso objeto de pesquisa. Esse PA está localizado no município de Santa Helena, que foi elevado à categoria de município em 12 de dezembro de 1961. Segundo dados do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), o município de Santa Helena está localizado no extremo oeste da Paraíba, limitando-se ao norte com os municípios de Triunfo e Poço José de Moura, ao sul com Bom Jesus e Cajazeiras, a Leste com São João do Rio do Peixe e a oeste com Baixio no estado do Ceará. O mapa abaixo destaca o município de Santa Helena- PB e seus municípios vizinhos.

MAPA 1: Mapa com destaque para o município de Santa Helena-PB



ELABORADO POR: Maria de Fátima Carlos de Oliveira
FONTE: IBGE 2022

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), a população de Santa Helena é de 5.369 pessoas, sendo que 2.702 pessoas residem na área urbana, e 2.667 residem na área rural. Com uma extensão territorial de 211.143², uma densidade demográfica de 25,53 hab/ km², e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,609. De acordo com o último censo do IBGE realizado em 2022 a população atual é de 5.865, com uma densidade demográfica de 27,78 hab/ km², os dados não informam sobre a quantidade de população rural e urbana do município.

Sua paisagem é caracterizada por árvores pequenas e cactáceas, características do bioma caatinga. O solo do município é resultado da desagregação e decomposição das rochas cristalinas do embasamento, sendo em sua maioria do tipo Podizólico Vermelho-Amarelo de composição areno argilosa, tendo-se localmente latossolos e porções restritas de solos de aluvião Serviço Geológico do Brasil - CPRM. De acordo com Serviço Geológico do Brasil (CPRM) a classificação climática é característica do semiárido quente e seco. Segundo a classificação de Koppen (1956). As temperaturas são elevadas durante o dia, amenizando a noite, com variações anuais dentro de um intervalo 23° a 30º C, com ocasionais picos mais elevados,

principalmente durante a estação seca. Com duas estações bem definidas: seco (verão) e chuvosa (inverno).

A rede hídrica é do tipo intermitente, estando inserida na bacia hidrográfica do Rio Piranhas, sub-bacia do Rio do Peixe. Contendo os riachos da Jurema e Cacaré. O principal corpo de acumulação é a lagoa do Caboclo.

O Assentamento Padre Cleides[8] surge como fruto da Reforma Agrária no Brasil. Este assentamento, nascido do esforço coletivo de homens e mulheres camponeses em busca de terra e dignidade, oferece um cenário rico para análise das dinâmicas sociais, culturais e econômicas que moldam a vida em comunidade. A história do Assentamento Padre Cleides é testemunho da força, resiliência e da resistência daqueles que lutam por um pedaço de terra e por uma vida melhor.

A luta pela terra que culminou com a criação do Assentamento Padre Cleides, segundo os assentados, teve início em 2005, com um grupo de famílias que estavam na condição de acampados dentro do Assentamento Três Irmãos (uma prática comum em áreas de assentamento rural é aceitar famílias, enquanto aguardam a destinação de uma área para a reforma agrária), localizado no município de Triunfo-PB.

Como descrito por (Leite, 2021), um grupo formado por 80 famílias, estava à procura de uma área para a criação de um assentamento. Após, reuniões, tinham uma área à vista: a Fazenda Estrela, localizada no município de São João do Rio do Peixe, que estava abandonada, que pertencia ao senhor Miguel Estrela. As famílias, então, se deslocaram, montaram acampamento que foi batizado com o nome de Acampamento Estrela. O INCRA ao comparecer ao local, realizou o cadastro dessas famílias. Ao vistoriar a área, informou que o local era pequeno para tantas famílias acampadas, levando-as a voltar ao Assentamento Três Irmãos. Durante o processo de espera várias famílias desistiram.

Conforme relatam os assentados, em 24 de dezembro de 2008, o grupo foi informado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que o INCRA teria encontrado duas áreas, ambas localizadas em Santa Helena-PB. Essas áreas foram condicionadas como improdutivas e seriam desapropriadas, permitindo que as

[8] O nome dado ao assentamento é uma homenagem ao Padre Domingo Cleides Claudino, que foi grande contribuinte na luta pela conquista da Terra.

pessoas acampadas escolhessem uma dessas áreas e montassem o acampamento na porteira da propriedade. Como descrito pelo assentado 1:

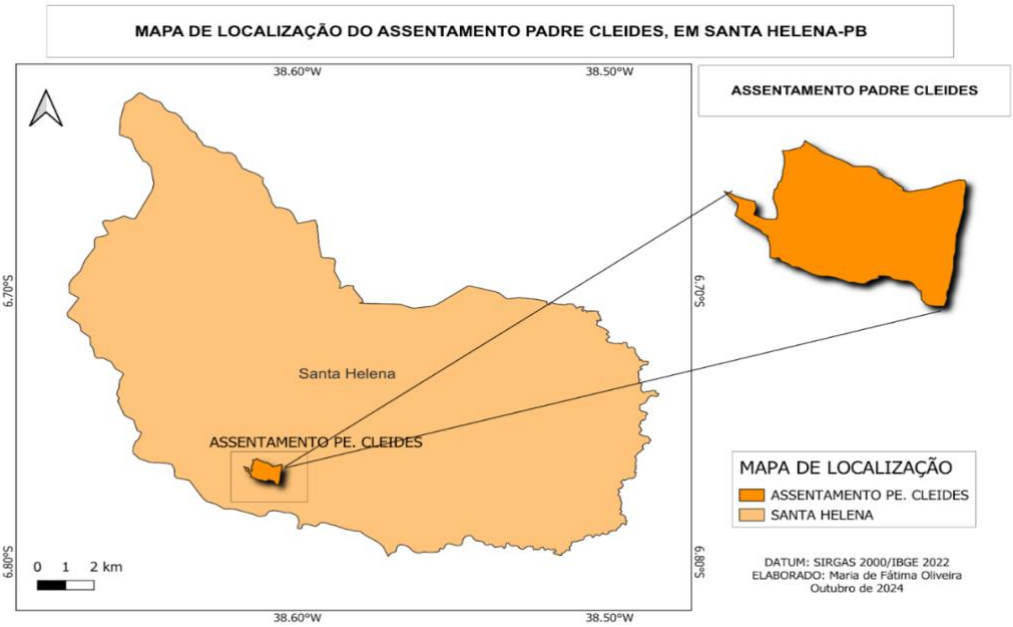
> *Fomos informados pela CPT que o INCRA, havia vistoriado e encontrado duas áreas, lá em Santa Helena, a gente poderia escolher uma das duas e acampar na porteira. A primeira era perto da pista, a gente não quis, aí escolhemos essa fazenda. Diassis deixou a gente montar as barracas perto da porteira, dentro da terra dele.*

Os assentados relatam que a propriedade escolhida foi a Fazenda Saco, localizada na zona rural do município, que pertencia ao latifundiário Romualdo Braga Rolim, com uma área total de 1.030 hectares. Durante o processo de espera várias famílias desistiram. Inicialmente o grupo que acampou na porteira da fazenda era composto por 25 famílias. Após 1 ano e 9 meses de acampamento esse número caiu, resultando em grupo de 16 famílias, que no dia 27 de setembro de 2010, finalmente conquistaram a posse da terra. Como descreve o assentado 2, durante a fase de acampamento muitas famílias desistiram:

> *Ficamos acampados quase dois anos na porteira da fazenda, teve muita gente que desistiu, um dia antes da posse outros desistiram, queriam voltar, mas não podia mais, se sair perde o direito.*

No mapa abaixo está destacando o Assentamento Padre Cleides, localizado na zona rural do município de Santa Helena-PB.

MAPA 2: Localização do Assentamento Padre Cleides, em Santa Helena -PB



ELABORADO POR: Maria de Fátima Carlos de Oliveira
FONTE:IBGE 2022

É importante destacar que a transição entre acampamento e assentamento é marcada por lutas e desafios distintos. Como destaca (Caldart, 2004 *apud* Figueiredo 2014, p. 563):

> O acampamento é entendido pelo movimento social como um espaço privilegiado de formação dos futuros assentados. Tal ênfase na formação, durante o acampamento, se justifica por ser este um momento no qual os participantes podem se constituir "como um novo sujeito social, no sentido de sujeito coletivo que passa a participar dos embates sociais" Ao participarem da luta pela terra, os sujeitos reorganizariam sua identidade social a partir dessa experiência singular, posto que a ocupação de terra e a vida no acampamento proporcionam uma experiência que questiona os padrões culturais prévios dos acampados, levando a uma "mudança de conceitos, de valores, de postura diante de determinadas realidades .

O assentamento, segundo (Figueiredo, 2014) é visto por estudiosos da área quanto pelo próprio movimento social como um momento da luta diferenciado do acampamento, posto que o assentamento dos trabalhadores é um indicador de que a terra já foi conquistada, e começa-se a organizar uma nova comunidade.

Sendo assim, com a transição da área de acampamento para assentamento, inicia- se uma nova fase para as famílias que estiveram durante anos em condições subumanas embaixo de uma barraca de lona preta, e hoje veem no Assentamento Padre Cleides, a possibilidade de uma vida melhor. Entretanto, essa fase de transição foi marcada por intensos conflitos, com o vaqueiro que residia na fazenda e havia permanecido no local. O mesmo era contra a presença dos assentados, e este tentava a todo custo intimidar a comunidade, promovendo desordem no local, após alguns meses, o vaqueiro vai embora da fazenda a mando da justiça. A casa sede da fazenda e um estábulo eram as únicas construções no terreno antes do início das obras. Após receber a posse da terra, essas famílias ainda viveram dois anos em barracas improvisadas, à espera da construção de suas casas de alvenaria.

Um episódio dramático, no qual o teto do estábulo desabou sobre uma mulher grávida, quase resultando em uma tragédia, foi catalisador para acelerar a construção das casas de alvenaria. Os assentados relatam que, devido à demora do INCRA em dividir a terra em lotes, eles tiveram que se reunir e pagar uma quantia considerável, para realizar o processo de mapeamento da terra; só então, após esse processo de mapeamento, houve a divisão dos lotes e iniciaram-se as construções das casas. A verba para construção das casas foi financiada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A construção das moradias foi realizada por meio de mutirões, com as próprias famílias trabalhando juntas para erguerem suas casas. As casas são compostas de três quartos, duas salas, cozinha e banheiro. Todas as residências possuem área externa e eletricidade.

Como descrito por Leite (2021 p. 46), o Assentamento Padre Cleides é:

> Formado por 16 lotes de 8 hectares, em forma de Agrovila, maneira que o INCRA defende, incentiva e geralmente opera no estabelecimento do assentamento. Foi instalada uma pequena rua central e 8 casas em cada lado desta rua. Cada casa possui uma área de frente de 100 metros, com 800 metros de fundo, perfazendo os lotes individuais.

O Assentamento Padre Cleides atualmente é composto por 22 residências, sendo, 16 casas de assentados pelo INCRA e 6 casas na condição de filhos de assentados. É composto também por uma capela, uma sede para a associação, um banco de sementes, açudes, áreas de plantação, áreas de criação de animais e áreas de preservação. Os assentados se dedicam à agricultura camponesa e familiar, cultivando milho, feijão, frutas e hortaliças para sustentar suas famílias.

Conforme um estudo realizado por Leite (2021, p.47) o autor traz a classificação do assentamento de acordo com o INCRA, órgão responsável pela criação e titulação do presente assentamento:

> O INCRA é o principal responsável pela criação e gestão dos projetos de assentamento. Existem duas modalidades: projetos criados diretamente pelo Instituto e as áreas reconhecidas por ele. O assentamento em questão é um Projeto de Assentamento Federal (PA), ou seja, é totalmente gerenciado pelo INCRA. Nesse modelo, o governo federal por meio do Instituto, assume todas as etapas do processo, desde a aquisição das terras, até a entrega dos títulos de propriedade aos beneficiários.

O assentamento está a uma distância de 7 quilômetros do centro urbano da cidade de Santa Helena-PB e teve direito aos recursos do INCRA para a implantação do assentamento. O restante da área pertence ao assentamento, sendo 20% reserva legal (destinado à preservação ambiental) (Leite, 2021)

Para enfrentar as condições de seca no semiárido, o assentamento dispõe de quatro açudes: dois são utilizados para a criação animal e o dois para o abastecimento da comunidade. No ano de 2017 a comunidade foi contemplada pelo Programa Água para Todos, com a construção de cisternas nos quintais de cada casa, que serve para armazenar água durante o período de chuva.

De acordo com Espego (2017), no que tange aos indicadores econômicos do Assentamento Padre Cleides, os moradores dedicam-se ao cultivo agrícola e à criação de animais. A sustentabilidade econômica da comunidade é garantida pela diversificação de atividades agropecuárias que inclui, a lavoura, a criação de gado, e cabras, e galinhas, porcos, também praticam a apicultura. Além da renda obtida por meio das atividades realizadas no assentamento, as famílias também contam com o apoio de programas de assistência social do governo federal, como o programa Bolsa Família que gera um acréscimo a renda familiar.

A presente pesquisa propõe uma investigação sobre o assentamento Padre Cleides a partir da perspectiva da Cartografia Social. A análise, se insere a partir das atividades de pesquisa e extensão, que envolve a relação universidade-sociedade, evidenciando fortalecer a integração de saberes e a construção de um conhecimento que valoriza as diversas formas de conhecimento.

3 CARTOGRAFIA SOCIAL: NOVAS PRÁTICAS, NOVOS SIGNIFICADOS

Segundo Santos (2011, p. 2), as novas tecnologias e a participação de diferentes atores sociais estão desafiando as formas tradicionais de fazer mapa e abrindo novas possibilidades para a representação e compreensão do espaço:

> Iniciativas recentes apontam o surgimento de cartografias com denominações como “novas cartografias sociais”, “cartografias participativas”, “cartografias da ação”, entre outras. Paralelamente, as tecnologias de representação espacial, essas outras cartografias vêm se multiplicando e tornando mais capazes e difundidas, num processo que reúne distintos tipos de usuários e produtores de tecnologia (p. ex, profissionais cartógrafos, geógrafos, e grandes empresas como a Google).

De acordo com (Santos, 2011), a cartografia, enquanto disciplina acadêmica e científica, está atrelada ao processo de eurocentramento do mundo, que se intensificou durante a Modernidade. Esse desenvolvimento foi acompanhado pelo estabelecimento de uma ordem e a afirmação de hegemonias em relações de poder, que fez da cartografia, historicamente, um instrumento de dominação e controle.

A afirmação de (Santos, 2011), revela uma face da cartografia que por muito tempo passou despercebida: a ligação entre as relações de poder e dominação. A produção de mapas não se limitou a representar o mundo de forma neutra e objetiva.

Pelo contrário, a cartografia tornou-se um instrumento de consolidação do poder europeu e a imposição de uma ordem eurocêntrica.

Segundo (Acselrad, 2008), a partir dos anos de 1990, houve uma disseminação global de iniciativas de mapeamento que buscaram incluir as populações locais na produção do mapa. Essa prática envolve uma ampla variedade de instituições, como agências governamentais, ONGs, organizações indígenas, organismos multilaterais, fundações privadas e universidades, sendo reconhecidas internacionalmente como iniciativas de “mapeamento participativo”.

Na perspectiva de (Gouveia, 2021),ele reflete que a Cartografia Social seja um campo em constante construção e diálogo de saberes, e tentar definir de forma rígida e estática pode ser contraproducente, pois para o autor, corre o risco de simplificá-la e reduzi-la a perspectiva normativa e manualescas, característica da ciência moderna e totalmente oposta ao que propõe a cartografia social. Além disso, Gouveia apresenta abordagens que permitem uma compreensão mais ampla e complexa desse campo social, argumentando com Acselrad (2013,p. 17):

> Apesar de suas distinções conceituais e metodológicas, a Cartografia Social pode ser entendida como a apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão. Essa apropriação acontece como resultado de um processo paradoxal, em que o avanço do capitalismo, ao seguir sua lógica de produção e acumulação privada de riquezas, acaba por desenvolver novas tecnologias que vão revolucionar o acesso às técnicas cartográficas, criando possibilidades para a popularização e a utilização dessas técnicas em experiências e projetos políticos que questionam muitas vezes as próprias bases do privatismo desse sistema político-econômico

De acordo com Acselrad (2013, p.16), as práticas de Cartografia Social estão em contínua evolução nos últimos anos:

> As experiências de cartografia social formam um campo em constante construção que vem, nos últimos quinze anos, promovendo a relativização do sentido oficial de se construir mapas e contribuindo para a ressemantização do termo “cartografia” atualmente em jogo. Tais experiências revelam situações em que o Estado percebe que não é mais o único a produzir mapas e evidenciam a perda de sua hegemonia e de seu monopólio do ato de cartografar. Historicamente, a produção de mapas era um domínio exclusivo do Estado, com fins políticos, administrativos e militares. A cartografia social, ao propor a construção de mapas a partir das necessidades das comunidades, questiona essa visão centralizada e homogênea.

O campo da Cartografia Social destaca as disputas epistemológicas, nas quais os grupos sociais reivindicam formas próprias de compreender o território e suas representações. Esses grupos utilizam técnicas convencionais da cartografia como

parte de sua ação política. Esse processo é essencial para que se constituam não apenas como sujeitos “cartografantes”, mas também como sujeitos políticos, desde que tenham autonomia na produção da informação espacial e da decisão sobre seus próprios contextos. (Acselrad, 2013).

A Cartografia Social amplia o significado do ato de mapear, incluindo os aspectos culturais, sociais e históricos que muitas vezes são invisibilizados em mapas oficiais. Para Gorayeb et al. (2015 *apud* Almeida, 2018, p. 28):

> O mapa não é somente o fim, tanto como objetivo como produto, mas também é o início e o meio, tendo suas motivações, processos, etapas e representações fundamentais. Desta maneira, foi apropriada e é utilizada sob contextos de conflitos e lutas sociais.

Segundo (Santos, 2011), a cartografia tem experimentado mudanças significativas; as diversas experiências cartográficas relacionadas a movimentos sociais, está indicando haver algo novo em curso. O “novo”, segundo o autor, está relacionado ao uso da cartografia como instrumento de luta pelos grupos e movimentos sociais desfavorecidos. Apontamos, entretanto, que esta dimensão conflituosa do “uso” da cartografia também vem envolvendo transformações no próprio “objeto” cartográfico, e no “processo” de produção deste objeto.

Ao afirmar tal fato, o autor sugere que esse novo uso da cartografia não traz apenas uma mudança nas formas de aplicação, mas afeta também o próprio objeto cartográfico (mapa e suas representações), assim como o processo de produção desse mapa. Ou seja, a Cartografia Social, desafia quem faz o mapa, o uso do mapa, mas também a metodologia adotada para elaboração do mapa.

De acordo com Santos (2001, p.3) um primeiro fenômeno é o uso crescente de objetos cartográficos como instrumento de luta por movimentos e articulações de movimentos sociais. Esses objetos:

> [...] vêm sendo utilizados como leituras (sociais) do território que são confrontadas às leituras oficiais e/ou de atores hegemônicos, mas também como instrumentos de (fortalecimento de) identidade social e de articulações políticas – ou seja, na sua plenitude de instrumento de representação que exprime a realidade (segundo pontos de vista, posições definidas) e também ajuda a construir a própria realidade.

Diante disso, Santos (2011, p. 5), argumenta que estes, agrega-se um aspecto concernente à própria forma como o mapa é construído:

> A metodologia participativa, “onde os próprios sujeitos coletivos, que conhecem e vivenciam os impactos negativos das atividades degradadoras

> existentes em suas localidades, identificam os conflitos e constroem o mapeamento'. Isto constitui-se, cabalmente, num aprendizado da operação de referências espaciais no pensar e no fazer da sua experiência de luta: ao indicarem sobre um mapa os conflitos vivenciados, sua localização, quais são as "agressões" e os sujeitos coletivos envolvidos, os participantes estão aprendendo e apreendendo novas formas de pensar para agir, o pensar no espaço, e o pensar com o espaço

A introdução de tecnologias ao processo de mapeamento trouxe mudanças significativas na forma como os mapas são construídos, especialmente no contexto das metodologias participativas ou cartografia social. Nessa abordagem os próprios sujeitos, experienciam, conhecem e compartilham suas vivências, desempenhando um papel ativo no processo de elaboração e construção de um mapa.

3.1 OS MÚLTIPLOS USOS DA CARTOGRAFIA SOCIAL

Diversas ferramentas e métodos participativos que são utilizados na cartografia social e conhecidos internacionalmente, destacando algumas modalidades específicas, tais como:

- **Cartografia efêmera:** O método consiste em traçar mapas diretamente no chão, onde os participantes utilizam materiais naturais, como terra, pedras, gravetos e folhas para representar a paisagem física e cultural.
- **Cartografia de esboço:** Método mais elaborado, onde o mapa é desenhado com base na observação ou memória dos participantes. Esse método não utiliza medidas precisas, como escalas ou referências geográficas. Geralmente, envolvendo a criação de símbolos em folhas de papel para representar os diferentes espaços.
- **Cartografia de escala**: Método de produção avançado na criação de mapas, pois, busca gerar mapas com coordenadas geográficas precisas. Essa modalidade, permite a criação de mapas com escalas e referências geográficas, podendo ser comparada com outros mapas, aumentando sua utilidade e precisão.
- **Modelagem 3D**: Essa metodologia aborda conhecimentos geográficos com dados de elevação para criar modelos de relevo tridimensional com escalas e coordenadas geográficas precisas. Nesse método, as características geográficas relacionadas ao uso da terra e cobertura vegetal são destacadas

usando pontos, linhas e polígonos. Após a elaboração do mapa aplica-se grades e referências geográficas para facilitar a importação ou extração de dados.

- **Foto-mapas:** Consiste em impressões de fotografias aéreas corrigidas geometricamente e equipadas com referências geográficas, conhecidas como ortofotografias. Os dados são obtidos por meio de sensoriamento remoto e são úteis para projetos cartográficos comunitários em grande escala. Para uma análise completa, pode-se usar transparências sobrepostas ao foto-mapa para marcar por exemplo o uso da terra e outras características importantes. Posteriormente, as imagens podem ser digitalizadas e referenciadas.
- **Sistema de Posicionamento Global (GPS):** O GPS é uma tecnologia que utiliza satélites para fornecer ao usuário sua posição exata por meio de latitude e longitude. Esta tecnologia é utilizada na demarcação de áreas de terra onde há disputas sobre acesso e controle de recursos naturais, essa tecnologia tem sido amplamente utilizada por ONGs e organizações comunitárias. Os dados registrados são frequentemente utilizados para aprimorar informações em esboços de mapas, mapas de escala, mapas 3D, entre outros métodos.
- **Sistemas de multimídias de informações associadas a mapas:** Semelhante às tecnologias de SIG, porém apresentam de forma simples e fácil manuseio. Neste sistema os conhecimentos locais são documentados pela própria comunidade, por meio de vídeos digitais, fotografias e textos, que são armazenados em computadores e gerenciados por meio de uma interface de mapa digital interativo. As informações podem ser acessadas clicando nas diferentes características interativas do mapa.
- **Sistema de Informações Geográficas (SIG):** Sistema computadorizado desenvolvido para coletar, armazenar, gerenciar e analisar informações geográficas. Cada vez mais, o SIG, tem sido utilizado para investigar questões de interesse comunitário.

Assim, (Acselrad, 2008) aborda que as iniciativas de mapeamento participativo apresentam uma grande variedade de termos e metodologias. Essas variações refletem a amplitude da Cartografia Social, que se adapta às necessidades e contextos específicos da comunidade. Cada projeto pode adotar diferentes

abordagens e metodologias para coleta e análise de dados, bem como a forma de representação das informações obtidas.

As terminologias podem ser diversas também e podem variar de acordo com a região ou com a abordagem adotada. No caso do Brasil, os mapeamentos com envolvimento da comunidade local, também apresentam algumas terminologias. Conforme apresenta Correia (2007 *apud* Acselrad, 2008 p. 24), como por exemplo:

> "levantamentos etnoecológicos", "mapeamento etno-ambiental dos povos indígenas", "mapeamento dos usos tradicionais dos recursos naturais e formas de ocupação do território", "mapeamento comunitário participativo", "mapeamentos culturais", "macrozoneamento participativo", "etnozoneamento", "etnomapeamento", "diagnóstico etnoambiental" e "cartografia social", entre outros. Variações estratégicas e metodológicas subjazem, é claro, a todas essas terminologias.

A metodologia das oficinas realizadas no Assentamento Padre Cleides, em Santa Helena-PB, esteve centrada na construção de um conhecimento coletivo e no fortalecimento da organização comunitária. A Cartografia Social, através de metodologias participativas, permite aos membros da comunidade mapear suas vivências, atividades econômicas e espaços de uso futuro, esse processo participativo não somente fortalece a identidade dos assentados, mas também contribui para autonomia e fortalecimento local.

Como apontado por (Acselrad,2013), na elaboração de um mapa, o reconhecimento do saber tradicional nem sempre se manifesta de forma imediata. É a partir de diálogos que os diferentes saberes que o reconhecimento local pode ser devidamente valorizado e expressado. Sabe-se ainda que a comunidade não parte do zero, ela tem uma bagagem de vivências, experiências e concepções sobre o território que habita.

3.2 OFICINAS DE CARTOGRAFIA SOCIAL COMO FERRAMENTA PARTICIPATIVA -PROBEX- 2023

Na perspectiva de Silva; Gomes (2018, p. 228), a relevância da Cartografia Social, se assegura no processo de valorização dos saberes dos sujeitos sociais sobre seus territórios:

> A Cartografia Social está imbricada no reconhecimento da importância dos saberes dos sujeitos sociais sobre o seu território, por isso integra-os diretamente no processo de representação. Por meio de reuniões e oficinas de trabalho, incorpora a produção dos mapas, os depoimentos, os debates coletivos entre as pessoas das comunidades, a produção de croquis e os registros fotográficos. Além disso, outros documentos podem servir de apoio como relatórios, pesquisas de campo e entrevistas. Ou seja, compreende-se que o mapa em si é limitante para representar a realidade e, por isso, envolve outras linguagens, em um processo de construção dialógico e coletivo, potencializando aos sujeitos um processo político de autoafirmação e reivindicação dos seus direitos. Portanto, não se pode confundir cartografia social com a cartografia convencional.

A Cartografia Social é muito mais do que uma técnica de representação espacial. É uma ferramenta de empoderamento que permite às comunidades, grupos e movimentos sociais se apropriarem de seus territórios, de suas histórias, servindo também como ferramenta de narrativa coletiva, visando fortalecer os processos de organização e a luta pela terra.

Como descrito por (Acselrad, 2013), o nível de envolvimento ativo da comunidade no processo de mapeamento está diretamente relacionado à maneira, como estes se apropriaram das ferramentas cartográficas e como as utilizaram. Diante do contexto, quanto mais autonomia a comunidade tiver para decidir o que mapear e como mapear, mais ele se apropriará desse mapeamento.

No ponto de vista (Gouveia, 2021), o processo de mapeamento participativo pode ser comparado à construção de uma casa. Partindo da premissa, que todo o planejamento, projeto, escolha dos materiais, localização e cronograma de construção, fossem realizados somente por uma única pessoa. Posteriormente, outras pessoas seriam convidadas a participar da construção. Embora outras pessoas possam “participar” do processo, sua contribuição é limitada a algo que já foi previamente estruturado. Elas não se envolvem na fase de planejamento e decisão, o que torna sua participação restrita. Nesse caso os envolvidos são apenas uma ferramenta, um meio para a construção da “casa” que alguém já havia pensado.

A relação com a Cartografia Social é clara: se a comunidade não participa desde o início do processo do que mapear e como dirigir o mapeamento, sua participação será algo superficial, limitada a seguir diretrizes já estruturadas. Assim como na construção de uma casa, em que os trabalhadores não participam do planejamento, na Cartografia Social a falta de envolvimento da comunidade no

processo de planejamento, limita a comunidade e o potencial transformador da Cartografia Social (Gouveia, 2021).

As oficinas de Cartografia Social são atividades que visam à integração de saberes de forma compartilhada, promovendo a inovação e troca de experiências, por meio de atividades de grupo. Ademais, as oficinas realizadas no Assentamento Padre Cleides representam uma abordagem participativa e inclusiva no processo de elaboração de uma cartografia, capaz de potencializar os espaços de aprendizagens e integração de saberes entre pesquisadores e comunidade.

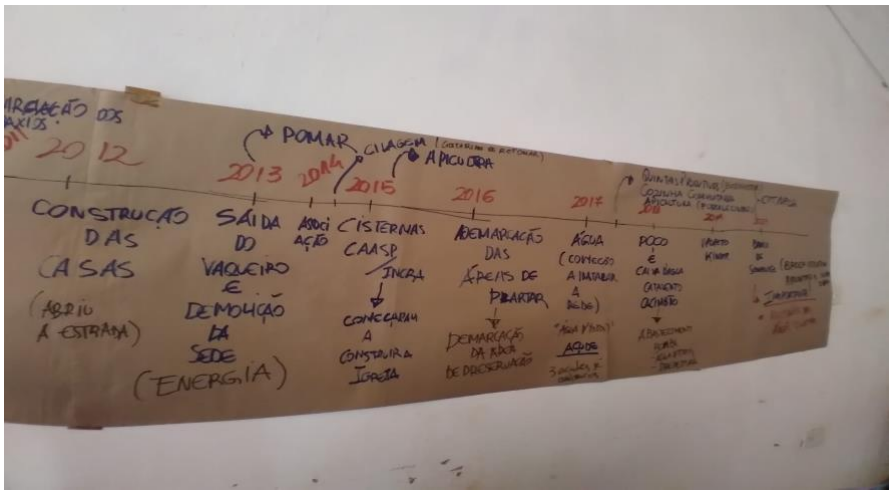
As oficinas foram realizadas durante a vigência do PROBEX- 2023, foram realizadas pelos núcleos de pesquisa NEDET/CARTONOMIA, compreendo os meses de junho a novembro, o projeto intitulado como ***"Mapeando saberes: Geotecnologias aplicadas a autogestão territorial por meio do processo de ensino e aprendizagem no semiárido".***

O projeto Mapeando saberes, primeira edição, teve como objetivo coordenar e mobilizar a comunidade juntamente com os pesquisadores, a construir espaços de integração de saberes atrelados ao uso de geotecnologias. Esses espaços proporcionam uma rica troca de saberes entre Universidade e comunidade. Os espaços de troca de saberes foram organizados em oficinas, trabalho de campo e atividades de laboratório, sendo sistematizadas da seguinte forma:

OFICINA I: ***Sensibilização e aproximação com a comunidade (conhecer saberes, práticas e demandas da comunidade)***

Nesta fase inicial, o objetivo é conhecer o processo de formação e as particularidades do Assentamento Pe. Cleides, adotando uma metodologia baseada na "contação de história". A comunidade se reúne em um círculo, e apresentam suas vivências e narrativa de luta pela terra que ocorrem de forma espontânea e voluntária. Esse espaço proporciona tanto aos pesquisadores quanto à comunidade, uma interação entre teoria e prática sobre a luta pela terra. Além disso, cria-se oportunidades para fortalecer os laços comunitários e promover uma "quebra de gelo" estimulando a participação de outros integrantes. A imagem a seguir ilustra como se deu a construção da linha do tempo do assentamento.

IMAGEM 3: Linha do tempo do Assentamento Padre Cleides, Santa Helena-PB



FONTE: Arquivo pessoal

Durante o processo de aproximação da comunidade, os pesquisadores desenvolvem uma Linha do tempo da comunidade, retratando a trajetória do assentamento. Essa abordagem inclui desde o início da fase da espera, acampamento, a construção do assentamento e as conquistas para a construção efetiva desse espaço.

OFICINA II: Explorando outras experiências cartográficas

Esta oficina foi dedicada à apresentação de outras experiências cartográficas de outras comunidades, com o objetivo de formar multiplicadores dessa metodologia e estimular os processos cartográficos na comunidade. Foram apresentados fascículos, mapas e outros materiais provenientes de outras cartografias realizadas no Brasil. Além disso, foram exibidos vídeos que ilustram como o processo cartográfico pode ser utilizado como ferramenta de luta e reformulação de políticas públicas na luta pela terra. A foto a seguir ilustra a apresentação dessas outras cartografias.

IMAGEM 4: Comunidade visualizando outros exemplos de aplicação da cartografia social em outras comunidades.

FONTE: Drive do Cartonomia

OFICINA III: PRODUÇÃO DE CROQUIS COM A COMUNIDADE

As atividades realizadas nesta oficina incluem a elaboração de croquis, ou mapas desenhados à mão. Esse processo ocorre de forma coletiva realizada pela comunidade, demarcando pontos e áreas que julgam importantes. É também um momento para discutir quais pontos devem ou não entrar no processo de mapeamento. Durante essa fase, os pesquisadores podem conhecer a comunidade de perto, pois a partir dos apontamentos feitos pela comunidade, é possível compreender o território construído e suas potencialidades. Essa abordagem reforça o caráter o papel transformador da cartografia social, permitindo que a comunidade se aproprie de todo o processo de mapeamento e suas representações territoriais.

OFICINA IV: O ASSENTAMENTO VISTO DE CIMA (GOOGLE EARTH E DRONE)

Neste estágio, a comunidade tem contato com a visualização do seu território por meio de imagens de satélite, utilizando o Google Earth como ferramenta, assim como a visualização por meio de um drone. Esse momento é fundamental para ampliar a compreensão espacial da comunidade.

Durante a análise das imagens de satélite, a comunidade é chamada a participar ativamente, identificando áreas de uso significativo. A partir dessa interação, são elencados pontos relevantes, como zonas produtivas (área de baixio, apicultura,

plantio de quintal), áreas de preservação, espaços comunitários (broca coletiva) e locais de importância histórica (antiga sede da fazenda, antigo galpão, antigo grupo). A imagem a seguir mostra o Professor Matheus Gouveia e algumas pessoas, observando a comunidade por meio de um drone.

IMAGEM 5: Prof. Matheus Gouveia coordenando a oficina de visualização com drone.

FONTE: Drive Cartonomia

Essa oficina tem como objetivo fortalecer o assentamento ao mapear, junto com os próprios moradores, elementos que os mesmos consideram essenciais para manutenção e desenvolvimento do território, servindo também como base para decisões futuras no processo de planejamento e manejo do espaço.

Após a realização de algumas oficinas na sede da associação do Assentamento Pe. Cleides, chegou o momento de ir a campo. Nesse momento, algumas pessoas da comunidade, foram convidados a visitar junto com os extensionistas os pontos previamente apontados. Os pontos foram marcados pelo uso de um GPS.

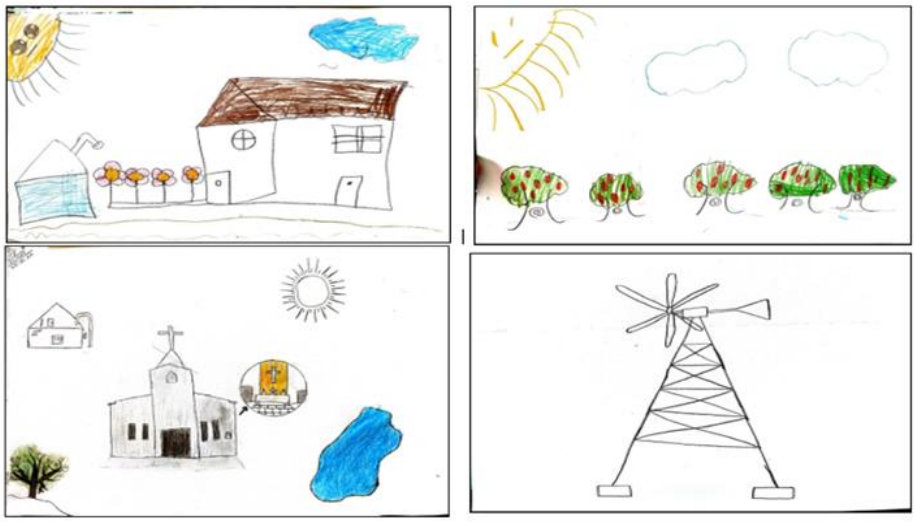
OFICINA V: ELABORAÇÃO DOS ÍCONES

Um aspecto que distingue a Cartografia Social da Cartografia convencional é a forma como os símbolos e representações estão dispostos no mapeamento, buscando refletir as perspectivas da própria comunidade, que muitas vezes é ignorada

em um mapa convencional. Para enriquecer esse processo, as crianças foram convidadas para participar de uma oficina de desenhos, com o objetivo de elaborar os ícones da legenda do mapa. Usando sua visão e criatividade, as crianças desenharam seus espaços de vivência. Esses espaços já haviam sido previamente escolhidos pelos adultos da comunidade em encontros anteriores. Essa simbologia pouco convencional é utilizada pela comunidade, como uma ferramenta para fortalecer sua vivência, práticas e saberes.

A metodologia adotada, não só fortalece o senso de pertencimento da comunidade em geral, mas como também das gerações futuras, esse processo busca revelar uma visão única e enraizada na vivência local. A imagem abaixo mostra alguns dos desenhos feitos pelas crianças.

FIGURA 6: Os desenhos acima simbolizam as residências, a área de baixio, a igreja da comunidade e um cata-vento, ilustração realizada pelas crianças da comunidade.



FONTE: Drive Cartonomia

A interação entre conhecimento local e conhecimento tecnológico é fundamental para uma Cartografia Social eficaz. Após a coleta de todos os dados necessários, as atividades de compilação e tratamento dos dados foram conduzidas no laboratório da Universidade. Nessa fase, os dados obtidos durante as oficinas foram compilados em um Sistema de Informação Geográfica (SIG) utilizando os softwares como Qgis e ArcGis. A organização dos dados permite uma análise geoespacial detalhada, escolhendo uma base cartográfica mais adequada para representar o território.

A segunda etapa das atividades de laboratório focou na vetorização dos ícones desenhados pelas crianças. Ao digitalizar e vetorizar os ícones, busca-se preservar tanto a representação gráfica dos elementos, quanto seu significado para a comunidade. A inserção desses ícones na legenda do mapa permite aos moradores do assentamento uma visão clara e personalizada do seu território, destacando uma rica diversidade de elementos identificados e discutidos pela comunidade. É importante destacar que a comunidade, já possui um mapa de demarcação do território, mas, por ser um mapa técnico, com pontos, linhas e polígonos, não é facilmente compreendido por algumas pessoas da comunidade

OFICINA VI: **APRESENTAÇÃO DO PRIMEIRO ESBOÇO DO MAPA**

Após a conclusão das atividades em laboratório, a próxima fase foi apresentar à comunidade o primeiro esboço do mapa georreferenciado elaborado pelo Sistema de Informação Geográfica (SIG). Ao retornar ao assentamento, foi apresentado os procedimentos os quais foram adotados para a execução do mapa, garantindo uma transparência e diálogo entre a comunidade e os extensionistas.

Nesse momento, a comunidade teve a oportunidade de revisar o mapa e escolher os ícones que seriam adicionados à legenda, para garantir então uma melhor representação do seu espaço.

OFICINA VII: PARA ALÉM DE UM MAPA

Nesta última etapa, apresentamos a versão final do mapeamento do Assentamento Padre Cleides. As atividades realizadas como rodas de conversas, oficinas, debates, produção de um mapa, busca evidenciar que a Cartografia Social realizada no assentamento não se limitou somente ao mapa físico produzido, mas se expandiram para uma reflexão mais ampla sobre o território.

O mapa intitulado como "*Mapa da Cartografia Social do Processo de Autogestão Territorial do Assentamento Padre Cleides"*, foi construído pela comunidade e emergiu das experiências cartográficas ao longo do projeto. A construção colaborativa permitiu à comunidade visualizar o território de outras formas, compreendendo melhor os seus usos e suas potencialidades, além de abrir espaço para debates sobre demandas futuras.

A estética do mapa foi pensada com o intuito de que a comunidade pudesse refletir sobre a sua identidade de maneira visual e acessível. Os desenhos, representando elementos e práticas da comunidade, permitem que os moradores se aproximem do mapa. Essa integração dos elementos gráficos proporcionou um sentimento de pertencimento ainda maior, ajudando a tornar o mapa ainda mais significativo.

Entretanto, o impacto do projeto foi mais além do que o mapa em si. As rodas de conversas, oficinas e debates tiveram um papel fundamental na construção de laços ainda mais fortes entre os membros da comunidade, criando espaços de trocas de saberes entre os assentados e os extensionistas. Esse diálogo colaborativo busca valorizar e evidenciar as práticas e saberes locais, ressaltando a importância do conhecimento da comunidade acumulado ao longo do tempo. Imagens da última oficina.

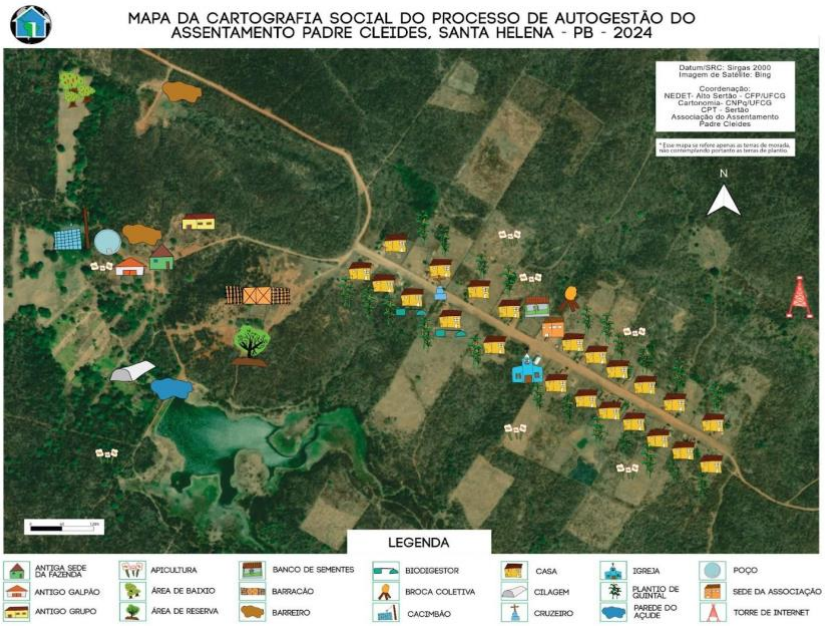
IMAGEM 7: Última oficina, a comunidade debatendo o mapa, juntamente com a Prof. Mara

FONTE: Arquivo pessoal

Como um dos resultados desse processo, tivemos o mapa, intitulado ***"Mapa da Cartografia Social do Processo de Autogestão Territorial do Assentamento Padre Cleides"***, simbolizando não apenas uma representação do espaço territorial, mas também se materializando em um instrumento político e social. O mapa busca evidenciar as dinâmicas de uso e ocupação do solo no assentamento, relevando as práticas autogestionárias que moldam a organização e a produção coletiva local. Segue abaixo o mapa elaborado pela comunidade Assentamento Padre Cleides em

colaboração com os grupos de pesquisa CARTONOMIA/NETED/PROBEX/ CFP/UFCG (2024).

MAPA 9: *Mapa da Cartografia Social do Processo de Autogestão Territorial do Assentamento Padre Cleides*.



FONTE: Mapa elaborado pela comunidade Assentamento Padre Cleides em colaboração com os grupos de pesquisa CARTONOMIA/NETED/PROBEX/ CFP/UFCG (2024).

A Cartografia Social construída de forma coletiva e colaborativa junto à comunidade do Assentamento Padre Cleides, sob nossa análise vem proporcionando um processo de autogestão territorial, pois tem aproximado os diferentes sujeitos envolvidos no processo de automapeamento das técnicas e metodologias utilizadas durante todo o processo. Através da aproximação entre os moradores e os pesquisadores, com o uso geotecnologias, combinados com narrativas e saberes locais, buscou-se criar uma visão multifacetada do território.

No contexto do Assentamento Padre Cleides, a concepção de autogestão territorial, envolve a construção e prática pelos próprios ocupantes do território construído. Configurando-se em um modelo que visa garantir a autonomia da comunidade, na organização e manejo de seu território, permitindo um processo de decisões coletivas e compartilhadas (Silveira, 2012). Parte-se do pressuposto de que a comunidade possui o conhecimento necessário para tomar decisões coletivas, possibilitando a elaboração de estratégias e fortalecimento comunitário.

No mapa, é possível observar as casas destacadas em amarelo, outras construções como a capela da comunidade, a sede da associação, banco de sementes; no mapa é possível notar pontos que remetem ao passado da comunidade, como a antiga sede da fazenda, o grupo, antigo galpão que serviu de moradia antes da construção das casas, bem como as formas de uso e ocupação do espaço, como por exemplo apicultura, área de baixio, broca coletiva, plantio no quintal das casas. Além disso, técnicas que contribuem para sobrevivência no semiárido, como: açudes, cacimbão e um poço artesiano. A legenda do mapa não está organizada com base nos níveis de atividade praticadas, com o objetivo de destacar que ambas as atividades ocorrem de forma simultânea.

O mapa funciona como reflexo de uma construção coletiva de uma nova forma de viver e produzir, na qual a comunidade é detentora do processo de decisões e da própria forma de organização espacial. Além disso, esse processo de automapeamento é uma forma de reafirmar a identidade territorial de assentado, ressignificando seu espaço dentro da luta agrária. Nas falas a seguir, dos assentados notamos, como a comunidade compreende a relação do processo de mapeamento participativo e as oficinas realizadas:

> *O conhecimento desse mapa foi importante para nós, uns vem para aprender e outros para ensinar, como vocês aqui, vem para ensinar a nois e aprender, a pouca coisa que a gente diz a vocês, vocês entendem. (Assentado 3)*
>
> *Até para as crianças foi muito importante, a vinda de vocês aqui, eles se empolgaram muito, foi quem fez o desenho das casas, da igreja, de tudo. (Assentado 4)*

Essas falas evidenciam as contribuições do método de mapeamento participativo do campo da cartografia social, que envolve os próprios membros da comunidade no processo de organização dos dados e representação do espaço. A metodologia adotada não apenas democratiza o acesso ao conhecimento, mas também promove um sentimento de apropriação e valorização do território por parte dos moradores.

A intersecção entre a Cartografia Social e o conceito de ecologia dos saberes, busca ampliar as possibilidades de pesquisa ao integrar os conhecimentos acadêmicos com as práticas territoriais vividas. Essa interação busca potencializar ainda mais a capacidade de refletir e a vitalidade do presente território. Dessa forma, o mapa construído, tornam-se ferramentas complementares, capazes de captar as

nuances do território e ao mesmo tempo produzir conhecimento acadêmico com alta relevância social.

4 CARTOGRAFIA SOCIAL E ECOLOGIA DOS SABERES: ENTRELAÇANDO CONHECIMENTOS ACADÊMICOS E TRADICIONAIS

A intersecção entre Cartografia Social e os programas de pesquisa e extensão, evidenciam o potencial da pesquisa acadêmica ao entrelaçar-se com a criação de espaços e trocas de aprendizagem, que transcendem o ambiente acadêmico. A Cartografia Social, ao envolver a comunidade no processo de mapeamento do seu território, potencializa esses espaços em ambientes dinâmicos de integração de saberes, onde o conhecimento local é valorizado e inserido na prática científica.

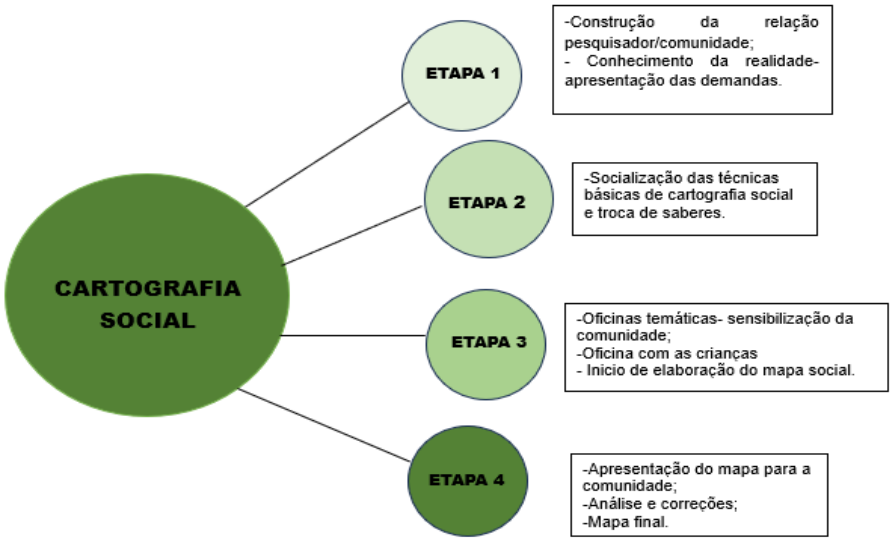
Como apontado por Acselrad (2013, p. 21-22) na elaboração de um mapa, o reconhecimento do saber tradicional nem sempre se manifesta de forma imediata:

> É a partir de diálogos que os diferentes saberes que o reconhecimento local pode ser devidamente valorizado e expressado. A interação entre aqueles que possuem o conhecimento técnico e os sujeitos que possuem o conhecimento tradicional, deve ser objeto de reflexão por parte dos pesquisadores envolvidos no processo cartográfico e nos métodos escolhidos, buscando o equilíbrio entre conhecimento técnico e saber tradicional, com o intuito de evitar a sobreposição de um sobre o outro, ou que ambos se excluam mutuamente. Isso exige por parte dos pesquisadores que possuem o conhecimento técnico, que trabalhem junto com a comunidade, para desenvolverem estratégias cartográficas eficientes. Para tanto, deve-se criar condições para que cada grupo social elabore seu próprio mapa, se auto-represente, se auto-cartografe a partir de sua autodefinição.

A relevância do processo de construção de um mapa reside em seu aspecto dinâmico, que, se devidamente explorado, pode superar a rigidez do mapa, como um instrumento de representação estática e atemporal, sendo incapaz de ocorrências, por exemplo, captar as diferentes percepções de tempo ou espaço físico que são construídos em movimento (Acselrad, 2013).

O organograma metodológico a seguir, representa as etapas que guiaram o processo cartográfico no Assentamento Padre Cleides, que sob nossa análise permitiram promover uma organização das etapas e garantir a troca de saberes entre conhecimento técnico e saber popular sem sobreposição de ambos:

FIGURA 9: Organograma do percurso metodológico da cartografia social



FONTE: Organograma elaborado por Maria de Fátima Carlos de Oliveira (2024)

O organograma apresentado ilustra o percurso metodológico da Cartografia Social, dividido em quatro etapas, destacando o processo colaborativo entre os pesquisadores e a comunidade, o que é essencial em práticas de mapeamento participativo.

ETAPA 1: Construção da relação pesquisador/comunidade:

Nessa fase inicial, o foco está na construção da confiança entre os pesquisadores e a comunidade. O objetivo principal é o conhecimento da realidade local, permitindo a escuta ativa e a apresentação das demandas da comunidade. Este momento é crucial, pois garante que o processo de cartografia seja guiado pelas necessidades e percepções dos próprios assentados.

ETAPA 2: Socialização das técnicas de cartografia social e troca de saberes:

Após a compreensão da realidade local, ocorre a socialização das técnicas básicas de Cartografia Social. Aqui, o conhecimento técnico dos pesquisadores é compartilhado com a comunidade, promovendo uma troca de saberes.

ETAPA 3: Oficinas temática e início da elaboração do mapa social:

Nessa etapa, são realizadas oficinas temáticas que buscam sensibilizar e engajar a comunidade em torno de questões centrais do território. Oficinas específicas com a crianças também são destacadas, demonstrando a preocupação em incluir todas as faixas etárias no processo. É nessa fase que se inicia a elaboração do mapa social, com base nos temas identificados e discutidos nas oficinas.

ETAPA 4: Apresentação do mapa, análise e correções:

Na fase final, o mapa social preliminar é apresentado à comunidade para análise. Esse momento de validação é importante para garantir que o mapa final reflita de forma precisa a percepção coletiva do território. Após a análise e eventuais correções, o mapa final é concluído, consolidando o processo de mapeamento participativo.

A Cartografia Social, por meio da construção participativa em um processo de mapeamento, busca superar a rigidez do mapeamento tradicional, trazendo uma dimensão viva e em movimento que reconhece as complexidades e mudanças ao longo do tempo no território. O mapa, ao representar o espaço em movimento, evidencia que o território está sempre em construção devido a fatores externos e internos. O mapa socialmente construído tem a capacidade de refletir as dinâmicas que ocorrem no território, não se limitando a abordar fronteiras fixas, mas captando todo o processo, trajetória, desenvolvimento e representações daquela comunidade.

4.1 ECOLOGIA DOS SABERES: INTERAÇÃO ENTRE SABERES TRADICIONAIS E ACADÊMICOS

Com base em Santos (2013 p.29), o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal:

> Este consiste em um sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’. A característica principal do pensamento abissal é a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha.

O conhecimento cientifico, ajuda a estruturar, uma linha abissal que divide os indivíduos em duas categorias distintas: produtores de conhecimento X os não

produtores de conhecimento. Esse pensamento abissal é como se fosse resultado de toda a estrutura, que uma parte é o conhecimento cientifico. (Santos, 2013).

Essa divisão reflete uma hierarquização dos saberes, no qual o conhecimento científico é valorizado como o único capaz de produzir conhecimentos universais. A filosofia e a teologia embora em um grau menor, ainda são aceitas dentro desse espaço racional. Entretanto, a um vasto grupo de conhecimento que nem sequer é reconhecido como legítimo, por estarem 'do lado de lá da linha', de acordo com Santos (2013, p. 31), esses conhecimentos se referem:

> [...] aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas do outro lado da linha. Eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso. É inimaginável aplicar-lhes não só a distinção científica entre verdadeiro e falso, mas também as verdades inverificáveis da filosofia e da teologia que constituem o outro conhecimento aceitável deste lado da linha. Do outro lado da linha, não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objetos ou matéria-prima para a inquirição científica.

Ao abordar por essa perspectiva, compreende-se que os conhecimentos tradicionais se encontram fora do grupo de validade epistemológica estabelecida pela ciência moderna, ou seja, não se enquadram na lógica do verdadeiro ou falso, sendo classificados como irrelevantes ou invisíveis. Entretanto, esses saberes carregam práticas e vivências cotidianas de muitas comunidades, oferecendo alternativas de interpretar e lidar com o mundo. Por exemplo, os conhecimento populares sobre plantas medicinais, transmitidos por gerações, possuem informações valiosas sobre cuidados necessários, a forma adequada do preparo e o uso em determinadas situações. Atualmente, para que os remédios fitoterápicos sejam produzidos, esses saberes desempenharam um papel fundamental.

A concepção existente de que o conhecimento acadêmico é superior ao popular, se perpetuou ao longo do tempo devido a uma série de fatores. Essa concepção de hierarquização pode ser identificada na fala da comunidade. Na fala seguir, de um dos assentados, podemos observar essa visão, em que, no momento da entrevista, ele diz:

> A *universidade é o conhecimento da letra e do estudo, é nois e o trabalho na terra e tem as trocas de experiências que vamos aprendendo. (Assentado 5)*

A declaração do assentado 5, reflete uma internalização de uma ideia comum de que a universidade é a principal fonte de conhecimento. No entanto, essa visão

pode marginalizar e deslegitimar os saberes locais e práticas que são fundamentais para a comunidade. Essa concepção dualista, serve como uma reflexão sobre a necessidade de considerar e valorizar as diferentes formas de conhecimento.

Segundo Santos (2013, p.350), a permanência das linhas abissais globais ao longo de todo o período moderno não significa que estas se tenham mantido fixas:

> Historicamente, as linhas globais que dividem os dois lados têm vindo a deslocar-se. A ideia de deslocamento das linhas parte do pressuposto que estas não são fixas e se adaptam conforme as mudanças de relações de poder e o contexto histórico. Esse deslocamento pode também ser visto nas áreas de conhecimento ou práticas sociais, em que estas em alguns casos passam a ganhar legitimidade e ser valorizadas.

Em consonância com esse pensamento Silva (2022, p. 362), destaca que:

> Os paradigmas da lógica do pensamento abissal, do saber verdadeiro ou falso, do que é certo e/ou errado, devem serem revisitados pelas agências e centros de pesquisa, que assumiram enquanto espaço de uma produção de conhecimento científico, num exercício de decolonização metodológica bem como teórica da produção do conhecimento, não mais enquanto espaço hierarquizado ou dual, mas, sim, como plural e total em que as diversidades coexistem num pensamento pós-abissal.

Para, assim, reconhecer essas práticas dos saberes tradicionais, (Santos, 2013) parte da ideia de um pensamento pós-abissal, em que esta reconhece a diversidade epistemológica do mundo, em termos de cultura, práticas e formas de vida e principalmente conhecimentos, entretanto, essa diversidade não é completamente compreendida por falta de uma epistemologia adequada para acolher e organizar essa multiplicidade de saberes.

Assim, (Santos, 2013) propõe uma "*ecologia dos saberes"*, uma abordagem que promove e valoriza o diálogo entre as diferentes formas de conhecimento:

> Como ecologia de saberes, o pensamento pós-abissal tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico. Isto implica renunciar a qualquer epistemologia geral. Em todo o mundo, não só existem diversas formas de conhecimento da matéria, sociedade, vida e espírito, como também muitos e diversos conceitos sobre o que conta como conhecimento e os critérios que podem ser usados para validá-lo (Santos, 2013, p.46).

O pensamento pós abissal, ao incorporar a ecologia dos saberes, propõe uma visão mais ampla e rica do conhecimento, reconhecendo que a diversidade dos saberes é fundamental para uma compreensão mais completa e profunda do mundo.

A ecologia dos saberes, refere-se a práticas, conhecimentos e experiências que ocorrem nas margens, nos limites, ou seja, nas fronteiras de encontro entre 'este

lado da linha' e 'o outro lado da linha'. Essas fronteiras não são apenas geográficas, mas culturais, epistemológicas e políticas. A ecologia dos saberes, surge justamente do encontro dessas formas de saberes e práticas, abrindo novas possibilidades de diálogo, então, desafiando as divisões impostas pelo pensamento abissal (Santos, 2013).

A ecologia dos saberes complementa o processo de Cartografia Social ao valorizar as diversidades de formas de conhecimento, sem sobrepor ou hierarquizar o conhecimento. Silva e Gomes (2018, p. 226) afirmam que:

> A Cartografia Social é um processo de mapeamento com envolvimento direto dos sujeitos sociais, com vistas à autoafirmação e reivindicação dos direitos no/do território. Esses sujeitos decidem o quê e como representar-se, representação esta que exige, por parte dos envolvidos (população, técnicos e/ou pesquisadores), a troca de experiência entre o conhecimento técnico e o saber local, por meio do diálogo e da valorização de ambos, sem sobreposição e/ou hierarquização de um ao outro. Desse modo, a cartografia social é um processo organizativo, de visibilidade e mobilização social.

Ao tratar o conhecimento técnico e popular Acselrad (2013, p.21) destaca que:

> A Cartografia Social traz consigo uma interação entre formas de conhecimento e de representação universalizantes e localizadas, técnico-científicas e tradicionais, que envolvem todo um processo de negociação epistemológica que se estabelece nos marcos das relações de poder estabelecidas em cada contexto.

Como discutido por (Acselrad, 2013), a Cartografia Social ao integrar as diferentes formas de conhecimento, desafia dicotomias existentes e cria um espaço de negociação, onde o saber local ganha peso e é integrado ao saber científico. O processo de construção do mapa tem o potencial de visibilizar o conhecimento que, muitas vezes, está guardado com determinadas pessoas, como caçadores, pescadores e os mais velhos etc. Quando os grupos se reúnem nesse processo, o conhecimento entra em efervescência. Assim, a Cartografia Social proporciona um ambiente de diálogo e discussões, permitindo que grupos quebram silêncios e busquem compreender a si mesmos, gerando efeitos políticos imediatos.

É de suma importância que os pesquisadores, respeitem os níveis de entendimento da comunidade, para não ocorrer uma sobreposição ou desvalorização dos saberes, como apontado por Acselrad (2013, p 21):

> Do ponto de vista da relação entre pesquisadores e comunidade, deve-se respeitar as categorias construídas pelos próprios sujeitos nessa dinâmica de auto-classificação, posto que existe sempre o risco de que informações locais sejam utilizadas para fins definidos de fora da comunidade, para fins de confinamento, restrições ou mesmo de apropriação.

Ao envolver a comunidade no processo cartográfico de mapeamento, por meio de reuniões, oficinas entre outros, cria-se um espaço embasado na pesquisa-ação ou pesquisa militante. A metodologia adotada busca contribuir não apenas a partir da universidade, mas em parceria com a comunidade, em casos que nós, enquanto pesquisadores considerem essenciais. Além disso, os conflitos enfrentados por essas comunidades são vistos como um problema que afeta toda a sociedade, portanto direcionando as ações para promover transformações sociais. Como apontado por (Bringel; Maldonado, 2016):

> [...] Uma metodologia de pesquisa ação baseada na construção participativa do conhecimento, onde o pesquisador não se situa em um espaço de exterioridade ou possui o conhecimento e o estende ao povo, mas sim o constrói, em diferentes momentos e de diversas maneiras, com o objeto/sujeito. [...]que busca, ademais, colaborar no fortalecimento organizativo e na ampliação do entendimento dos grupos de base sobre a realidade que os circunda e as possibilidades de ação para transformá-la por meio da práxis (Bringel; Maldonado, 2016, p.400).

De acordo com (Gouveia, 2021), a proposta de uma geografia em movimento, fundamentada pela ecologia dos saberes, promove laços e diálogos não apenas com os saberes em si, mas também com as práticas essenciais para a geração destes. Esses movimentos de interação parte do saber/ fazer geográfico acadêmico, que integra os saberes gerados em contextos de luta e militância política. Dessa forma, o contato com espaços populares e situações concretas vivenciadas por grupos marginalizados socialmente, possibilita inúmeras construções e elaborações teórico metodológicas. Assim, Bartthol (2018, p. 128 e 129), afirma que:

> Embora esse movimento de abertura seja essencial para a superação da lógica colonial de produção de conhecimentos, não se pode abandonar por completo as potencialidades do saber científico, por isso, a proposta desenha-se como um encontro entre diferentes epistemes de forma a não as hierarquizar.

Ao promover a interação entre as diferentes formas de conhecimento, a Cartografia Social desempenha um papel crucial na construção coletiva do conhecimento. Esses espaços são ambientes que potencializam a integração de saberes e experiências, entre os diferentes atores envolvidos no processo de mapeamento, como os moradores e os pesquisadores/ universitários.

Esses espaços são projetados de forma horizontal, permitindo que os conhecimentos locais e científicos sejam articulados de maneira colaborativa. As contribuições do projeto são evidenciadas nas falas da comunidade, especialmente

quando ressaltam a sua importância, como pode ser notada na fala dos assentados, ao afirmar que:

> *O pessoal da universidade, aqui nos ajudou a conhecer mais a terra. Ajudou a comunidade a ter reconhecimento. A parte do mapa, foi muito importante, ficou bem visível o mapa da vila, ficou bem explicado, as casas, os lotes direitinho. Uma visão mais aberta, dizendo assim, para a mente da pessoa, é como se diz, cada dia um novo aprendizado, é através da universidade, deu para conhecer a comunidade. (Assentado 6).*

Reforçando essa ideia das contribuições acadêmicas, um outro assentado argumenta que:

> *Quando fala de interação entre faculdade e assentamento, eles trazem o conhecimento técnico que é como vocês fala, ou seja, professores, que veio aqui fazer as aulas, sobre silagem, cuidado com os animais, ou seja, trouxe o que muita gente não sabia, ou seja, essa relação traz conhecimento que a pessoa não é capaz de aprender sozinho é uma troca e essa troca gerou frutos, porque aprenderam a cuidar melhor do rebanho, da plantação. A universidade é primordial para essa troca de conhecimento. (Assentado 7)*.

As declarações acima, refletem de maneira clara o impacto positivo que a interação entre a universidade e a comunidade podem gerar, especialmente em contextos rurais, no caso do Assentamento Pe. Cleides. Pode-se observar a importância que foi o mapa construído pela universidade em conjunto com a comunidade, destacando que a Cartografia Social, foi capaz de “abrir a mente” da comunidade para uma visão mais ampla do seu espaço geográfico. Complementando essa ideia, o assentado 7, reforça a dimensão prática no dia a dia dessa interação, destacando que as aulas dos professores universitários, foram cruciais para introduzir novas práticas agrícolas e de manejo animal.

Os espaços promovidos pela Cartografia Social, podem ser compreendidos como espaços que potencializa o processo de aprendizagem, pois resultam de um processo colaborativo em que a comunidade, não apenas transmite informações, mas constroi conhecimento a partir de suas vivências, experiências e percepção sobre seu território. Esse tipo de aprendizagem é discutido na teoria de Ausubel, e discutida por Moreira (1997):

> A aprendizagem significativa ocorre quando um novo conhecimento é integrado de forma organizada e coerente à estrutura cognitiva do indivíduo, ou seja, a rede de conhecimentos que ele já possui. O processo não ocorre de forma aleatória, nem superficial; ao contrário, busca desenvolver novas conexões com os conhecimentos prévios do indivíduo (Moreira, 1999, p. 16, tradução da autora).

A aprendizagem significativa, conforme descrita por Moreira (1999), ocorre quando novos conhecimentos são incorporados de maneira coerente a estrutura cognitiva do indivíduo, ou seja, a rede de saberes que ele já possui. Esse processo não ocorre de forma aleatória ou superficial; ao contrário, desenvolve a criação de novos conhecimentos, combinados com conhecimentos prévios, ampliando e aprofundando a compreensão do indivíduo. Assim, ao proporcionar esses espaços que reforçam a integração de conhecimentos tradicionais e acadêmicos, a Cartografia Social traz uma série de resultados que vão muito além do mapa em si. Valorizando assim, as diversidades epistemológicas e as diversas formas de ver o mundo.

A Cartografia Social ao ser integrada em processos comunitários, potencializa esses espaços de aprendizagem, promovendo a interação entre pesquisadores e os membros da comunidade. Os espaços de aprendizagem dentro desse contexto, são laboratórios vivos onde se constroem narrativas e interpretações que vão além dos mapas convencionais.

Sob a ótica do pensamento decolonial, evidencia-se a necessidade de resgatar e valorizar os saberes e práticas das comunidades camponesas, em oposição as marcas históricas deixadas pelo imperialismo e pelo capitalismo, cujos processos de formação do sistema- mundo moderno -colonial marginalizaram e supriram territórios (Porto-Gonçalves, 2012). O pensamento decolonial, desafia essa estrutura ao propor a recuperação das práticas e saberes das comunidades camponesas, como parte de uma luta de reapropriação de seus territórios e pela constituição de suas identidades.

São por meio de oficinas, rodas de conversa e trabalhos de campo que são desenvolvidos espaços de aprendizagem coletivos, onde o conhecimento, técnico, geográfico e acadêmico, é enriquecido pelo saber empírico dos moradores. Ao incorporar a ecologia dos saberes, a Cartografia Social desafia a lógica hierárquica, reconhecendo os saberes que são marginalizados pelo pensamento abissal. Essa abordagem promove uma troca de experiências e saberes, permitindo que as diferentes formas de conhecimento se completem.

Os espaços coletivos, promovidos ao longo de todo o processo de mapeamento da comunidade Assentamento Padre Cleides, estão intimamente conectados ao papel da extensão universitária e da pesquisa científica, no qual tinha como objetivo analisar e compreender os espaços de aprendizagem construídos, fornecendo um espaço de

interação entre os saberes acadêmicos e tradicionais. Dessa forma, construímos abaixo um relato sobre as experiências e principalmente enquanto aluna pesquisadora, a fim de contribuir com as possibilidades que essas interações podem contribuir com a produção e promoção de saberes.

4.2 RELATO DE EXPERIÊNCIAS NO ÂMBITO DO PROBEX E PIBIC

Neste momento, peço desculpas ao leitor por me expressar em primeira pessoa, fugindo das normas acadêmicas. Contudo, a Cartografia Social exige justamente isso: ultrapassar os muros da academia e estar aberto a aprender com aqueles que, mesmo sem um título de doutor, possui um vasto conhecimento sobre seu território e suas vivências. Essas experiências não se limitam à teoria, mas o envolvem o reconhecimento dos saberes populares, tornando um olhar mais próximo e humano sobre a realidade que se busca entender.

O compartilhamento desse relato é crucial para evidenciar a profundidade das contribuições oferecidas pelos espaços de extensão e pesquisa. Tais espaços fornecidos pelo PROBEX e PIBIC, possibilitaram uma rica interação entre o conhecimento acadêmico e o saber popular, em um processo onde o conhecimento é construído de maneira colaborativa. A importância desses espaços de aprendizagem na construção de saberes revela-se metodologicamente, pela capacidade de integrar conhecimentos diversos e valorizar as experiências dos participantes em suas múltiplas dimensões.

Essa troca horizontal entre a universidade e a comunidade, abre caminhos para construção de uma ecologia dos saberes, conceito proposto por (Santos, 2013), que valoriza a coexistência e o diálogo entre os diferentes conhecimentos sem hierarquização. Assim, esse processo fortalece o compromisso ético e social da pesquisa. Os espaços de aprendizagem promovidos tornam-se laboratórios de inovação metodológica, onde a prática da ecologia dos saberes fornece um olhar mais inclusivo, enriquecendo a pesquisa em seu sentido mais amplo.

A participação no Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) e no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) foi, em nosso caso, uma oportunidade singular para a interação entre conhecimento teórico e empírico. As experiências adquiridas ao longo da construção acadêmica, iniciaram-se no projeto de extensão. A Extensão Universitária é um processo de troca entre a universidade e

a sociedade, promovendo uma interação transformadora. Nesse caminho de mão dupla, o conhecimento acadêmico beneficia a sociedade, enquanto os saberes populares enriquecem a produção do conhecimento dentro da universidade.

A passagem pelo os dois programas ocorreram da seguinte forma: durante três meses atuei como extensionista bolsista vinculada ao PROBEX. Quando saiu o resultado do PIBIC, que era o programa que almejava, migrei para ele. Continuei a acompanhar o projeto, agora com uma abordagem mais investigativa, voltada a análise da produção do conhecimento, observando sob novas perspectivas e aprofundando o conhecimento sobre a temática abordada.

O Projeto de Extensão, intitulado como *"Mapeando Saberes: Geotecnologias aplicadas a autogestão territorial por meio de processos de ensino e aprendizagem no semiárido"* teve como objetivo promover e organizar espaços de trocas de saberes, utilizando geotecnologias como ferramentas para o fortalecimento e atividades de autonomia territorial da comunidade Assentamento Padre Cleides, em Santa Helena-PB.

Ao longo dos três meses de atuação enquanto extensionista bolsista vinculada ao PROBEX, as experiências obtidas foram enriquecedoras. A convivência com a comunidade ao longo das oficinas e rodas de conversas, possibilitaram um aprendizado prático que transcende as salas de aula. Ao observar a comunidade relatar a sua história de luta pela terra, compreendi que não são apenas memórias individuais, mas de uma história coletiva, marcada pela resistência, sobrevivência e pela da construção de uma identidade enquanto assentados pela Reforma Agrária. Isso permitiu perceber que a luta dessas pessoas além da busca por um lote de terra; elas lutam por uma vida digna, para que a sua família tenha onde morar e possam existir com dignidade.

Ao envolver a comunidade no processo de mapeamento, desde as crianças até os mais idosos, abre-se a oportunidade de que esses conhecimentos sejam perpetuados na memória da nova geração. Ao documentar essas vivências, garantimos que a história da comunidade seja preservada, lida e reconhecida. O mapa construído em colaboração com a comunidade permitiu que ambos pudessem visualizar o território de forma mais profunda e compartilhada, fortalecendo o entendimento coletivo sobre o uso e ocupação do solo. Essa construção conjunta

busca promover a valorização do conhecimento local, atrelado ao uso de ferramentas de geotecnologias.

Em contrapartida o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), intitulado como *"Espaços de aprendizagem e representação do mundo: Uma análise das oficinas de cartografia social no Assentamento Padre Cleides-PB*, teve como objetivo analisar o processo de automapeamento/mapeamento social/mapeamento coletivo de saberes e práticas de autogestão territorial no assentamento Padre Cleides, Santa Helena – PB.

A pesquisa científica foi dividida em dois momentos. A primeira parte da pesquisa foi dedicada a analisar as oficinas realizadas durante a vigência do PROBEX 2023. A segunda parte foi dedicada a analisar essas oficinas enquanto espaços de aprendizagem, por meio do conceito Ecologia dos Saberes de Santos (2013).

Nesse primeiro momento de análise das oficinas, pode-se observar que os resultados obtidos por meio da Cartografia Social, transcendem a produção de um mapa em si. As oficinas, rodas de conversas, trabalhos de campo realizados entre extensionistas e comunidade promoveram um espaço de reflexão e diálogo, possibilitando que estes idealizassem seu território, não apenas no presente, mas também em termos de planejamento para o futuro. Ao apresentar seus espaços, os usos e suas particularidades, a comunidade enquanto participantes da cartografia social, não apenas mapeiam seu território, mas também o problematizam discutindo suas dinâmicas de organização.

O fato de se autocartografar, de se perceber como sujeito ativo no território que vivem, reforça a valorização dos saberes locais e das práticas locais, indo além de uma representação em um mapa. O processo de autogestão territorial busca promover o fortalecimento da autonomia territorial, dessa forma a Cartografia Social, funciona como uma metodologia ou ferramenta de empoderamento, capaz de transformar um mapa, em um instrumento de planejamento.

O segundo momento, e parte final da pesquisa, foi dedicado à sistematização das oficinas entendida como espaços de aprendizagem e troca de saberes. Para entender esses espaços como espaços de aprendizagem, utilizamos o conceito de Ecologia dos Saberes, conforme proposto por Santos (2013)

IMAGEM 10: Alguns membros da comunidade Assentamento Padre Cleides observando e discutindo o mapa, em conjunto com a aluna PIBIC- Maria de Fátima Oliveira.

FONTE: Drive Cartonomia

As oficinas, rodas de conversa e trabalhos de campo, nesse contexto, além de promoverem a elaboração do mapa, funcionam como ambientes dinâmicos de construção coletiva de conhecimento onde os saberes locais dialogam com os saberes acadêmicos. As trocas de experiências e práticas entre ambos participantes, fortaleceram os vínculos entre universidade e comunidade, valorizando o saber popular e possibilitando uma compreensão mais profunda do território.

Ao longo de um ano de pesquisa, as experiências e aprendizados que vivenciei foram profundamente enriquecedores. Cada momento dedicado, ao trabalho junto com a comunidade, me trouxe não apenas dados e informações, mas uma verdadeira aula de saberes, vivências, lutas, resistências, que muitas vezes ficam à margem dos discursos acadêmicos e até mesmo diante da sociedade em que residimos.

Desde os primeiros encontros, pude sentir à vontade daquelas pessoas em compartilhar suas histórias e conhecimentos. Cada roda de conversa foi um convite a ouvir, aprender e refletir sobre o que significa habitar um novo território e nele construir uma identidade. As experiências compartilhadas que ocorreram durante as oficinas foram fascinantes; vi como as pessoas se orgulham de sua história de luta pela terra,

dos desafios vividos e de como os superaram cada um deles, além de continuar a lutar e persistir por condições de vida no semiárido paraibano.

Refletir sobre tudo isso me fez compreender que a pesquisa vai além da coleta de dados. É sobre a construção de relações e a valorização de histórias que moldam um território. Ao final da pesquisa, sinto que não apenas contribui para um entendimento mais amplo do território em que estamos estudando, mas como cresci enquanto pessoa. O Assentamento Padre Cleides se revelou como um espaço vivo e pulsante, onde a comunidade se ergue como protagonista de sua própria história, e eu tive a honra de fazer parte disso.

5 CONCLUSÃO

Este estudo buscou compreender como a Cartografia Social, desenvolvida no Assentamento Padre Cleides, em Santa Helena-PB, promoveu a integração de saberes entre a comunidade e a universidade, por meio dos programas universitários extensão e pesquisa. Ao longo dessa pesquisa, ficou evidente que a Cartografia Social vai além de um simples exercício técnico de mapeamento; trata-se de processo de construção coletiva do território, onde os saberes tradicionais da comunidade se encontram com os conhecimentos acadêmicos.

Os resultados obtidos com as atividades de mapeamento e as oficinas de cartografia social, demonstram que a comunidade, ao serem protagonista na produção de mapas e nas atividades desenvolvidas, expressa suas percepções, memórias e lutas de maneira eficaz. Esse processo reforça a importância de uma cartografia, que não represente apenas o espaço físico, mas também as relações políticas, sociais e culturais que dão sentido à ocupação do território.

As metodologias adotadas, mostraram-se fundamentais para o fortalecimento da identidade local e para a valorização do conhecimento popular, ao mesmo tempo que possibilitaram um espaço de aprendizagem mútuo, entre os assentados e os universitários. Todos os objetivos que foram propostos, foram concluídos ao longo da pesquisa, demonstrando que a integração entre os saberes, gerou um ambiente enriquecedor, que favoreceu tanto as práticas acadêmicas, quanto o fortalecimento de autonomia do assentamento.

Além dos resultados diretos no processo de mapeamento e organização social, a Cartografia Social, também se revelou como uma ferramenta pedagógica, capaz de proporcionar aos participantes a oportunidade de aprender sobre seu território de forma crítica e reflexiva.

Entretanto, o estudo também apresentou desafios, especialmente no que diz respeito ao transporte. Em alguns momentos, os trabalhos de campo, tiveram que ser cancelados, devido a respostas negativas quanto à solicitação de transporte, entre outros fatores. Às vezes, para evitar mais cancelamentos com a comunidade, que se disponibiliza de boa vontade, e é sempre receptiva e empática, acabava tendo que se deslocar sozinha para as visitas, uma vez que resido no município do objeto de estudo.

Dessa forma, a pesquisa evidencia que a Cartografia Social, não só contribui para a democratização da produção do conhecimento, mas também fortalece a integração de saberes entre os participantes. A continuidade de projetos como PROBEX e PIBIC são fundamentais para consolidar o modelo da pesquisa-ação, que valoriza a participação ativa das comunidades, transformando-as em agentes de seu próprio desenvolvimento. Assim, a Cartografia Social, transcende o papel de ferramenta de análise territorial, tornando-se uma prática de resistência, mobilização e transformação social.

Para a continuidade dessa metodologia, é fundamental promover estratégias que ampliem o engajamento comunitário e consolidem o uso da Cartografia Social como ferramenta de desenvolvimento local. Algumas ações acessíveis podem ser incorporadas, tais como: a criação de uma cartilha alfabética, quem englobe os conhecimentos, práticas e atividades da comunidade; a criação de um mural com fotos da comunidade, entre outras formas acessíveis e práticas, cabe ressaltar que cada atividade deve atender as demandas da comunidade, para que estes se sintam representados no processo de mapeamento da Cartografia Social.

6 REFERÊNCIAS

Acselrad Henri (organizador) **Cartografias sociais e território** /. -- Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. 168 p.; 18 cm. - (Coleção Território, ambiente e conflitos sociais; n. 1)

Acselrad Henri (org.) Rodrigo Nuñes Viégas ... [et al.]. **Cartografia social, terra e território** – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013. 318 p.: il. color.; 18 cm. – (Coleção território, ambiente e conflitos sociais; n. 3).

Acselrad (organizador), Aurélio Vianna Jr. [et al.] -**Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate** / Henri – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010. 225 p.

Almeida, Beatriz França Machado Alves de. **Cartografia social e conflitos territoriais no assentamento Sabiaguaba, Ceará, Brasil.** 2018. 102f. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

Alves, F. D. (2019). Territorialização dos Assentamentos Rurais: Da conquista da terra à construção de uma identidade/ Territorialization of rural settlements: from the conquest of land to the construction of an identity. ***REVISTA NERA*****,** (48), 98–113.

Aurelio Saquet, Marcos/Eliseu Savério Sposito **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos** --1. ed.-- São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. 368 p.: tabs. -- (Geografia em Movimento)

Bringel, Breno; Maldonado, E. Emiliano. Pensamento crítico latino-americano e pesquisa militante em Orlando Fals Borda: práxis, subversão e libertação. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 13, p. 389-413, 2016.

Bartthol, T. **Por uma Geografia em movimento**: a ciência como ferramenta de luta. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. 168 p.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Santa

Helena, estado da Paraíba / Organizado por João de Castro Mascarenhas, et al. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

Cattaneo, Dilermando. **Estratégias alternativas de re-apropriação da natureza: autonomia e autogestão territorial em áreas protegidas**. 2012. Tese de Doutorado. Tese de doutoramento em Geografia

Denez, Cleiton Costa, Lucélia Santos de Lima, and. Sérgio Fajardo. **"AS TERRITORIALIDADES DO ASSENTAMENTO 08 DE ABRIL EM JARDIM ALEGRE–PR."** (2004).

Espego, Wirnaide Maria Rolim. **Relação de gênero e construção do território camponês: a organização das mulheres no assentamento Padre Cleides, Santa Helena-PB.** 92f. Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG Cajazeiras, 2017.

Figueiredo, Gislayne Cristina; PINTO, José Marcelino de Rezende. Acampamento e assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos da luta pela terra. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 562-571, 2014.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 –1999).** Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.

Fernandes, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**, v. 93, n. 2, p. 9-17, 1999.

Fernandes, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Editora Vozes, 2000.

Gatti, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**/ Bernardete Angelina Gatti- Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

Gouveia, Matheus. **Ativismos cartográficos em Abya Ayala: O resgate dos mundos que foram negados**/ Matheus Gouveia; Carlos Walter Porto-Gonçalves, orientador. Niterói, 2021 143 f.il

Leite, Silvio Diego Maradona. **Meios de convivência no semiárido paraibano**: o assentamento Padre Cleides (município de Santa Helena-PB). 2021. Trabalho de

Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Mitidieiro Junior, M. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba**. São Paulo:USP,2008.

Moreira, Emília; Targino, Ivan. **Capítulos de geografia agrária na Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universidade Federal da Paraíba, 1997.

Moreira, M.A. **Aprendizagem significativa**. Brasília: Ed. UnB, 1999

Oliveira, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** 2007.

Oliveira, Silvaney de; GUIMARÃES, Orliney Maciel; FERREIRA, Jacques de Lima. As entrevistas semiestruturadas na pesquisa qualitativa em educação**. Revista Linhas, Florianópolis, v. 24, n. 55, p. 210–236, 2023**

Porto-Gonçalves, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala. **Conceptos y fenómenos fundamentales de nuestros tempos. Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales**, 2012.

Raffestin, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993

Santos, Júlio César Borges dos. **O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra e as relações entre saúde, trabalho e ambiente em um assentamento rural no estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2011.

Santos, Milton. Território e dinheiro. In: **Revista GEOgraphia. Niteroi: Programa de Pós Graduação em Geografia - PPGEO** - UFF/AGB, v.1, n.1. p. 7 a 13, 1999.

Saquet, Marcos Aurélio. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana.** In: Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão. PR. Unioeste, 2004.

Santos, Renato Emerson. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-17, 2011

Souza, Marcelo L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. pág 77- 116.In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (Org.) Geografia: conceitos e temas. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

Silva, Leonides Ferreira; GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas. **A Cartografia Social como Processo Organizativo de Visibilidade e Mobilização Social: relato da experiência com moradores em áreas sujeitas a inundação na cidade de Guarapuava-PR, entre 2015 e 2016**. Geografia (Londrina) v. 27. n. 2. pp. 225 – 245 agosto/2018.

Silva, R. “Decolonialidade do saber: as ecologias dos saberes na produção do conhecimento”. **Revista Katálysis, vol. 25, 2022**.

Santos, B. S. **“Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”.** Editora Cortez, 2013.

Santos, Rafael de Oliveira Coelho dos; Rocha, Herivelto F. Análise das políticas de obtenção dos Assentamentos Rurais no Brasil de 1985 a 2009: estudo dos assentamentos reconhecidos pelo INCRA no Estado de São Paulo. **FAPESP. Presidente Prudente, Unesp. (Trabalho de Conclusão de Curso)**, 2010.

Terra, A. (2019). A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais/ The territory concept’s relevance for the analysis of rural settlements. ***REVISTA NERA***, (48), 190–205

SITES

BRASIL**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Título VII> Capítulo III. Disponível em: https://brasil.justia.com/nacionales/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-de-1988/titulo-vii/capitulo-iii/. Acesso em 18 de ago. 2024.

Brasil. **Lei n° 4.504, 30 de novembro de 1964**. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 15 ago. 2024

IBGE Cidade, **Santa Helena.** Disponível: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/santa-helena.html acessado em 14/08/2024. Acesso em 18 de ago. 2024.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Assentamento.** Brasília: Governo Federal. [2020]. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos. Acesso em 26 de out. 2024.

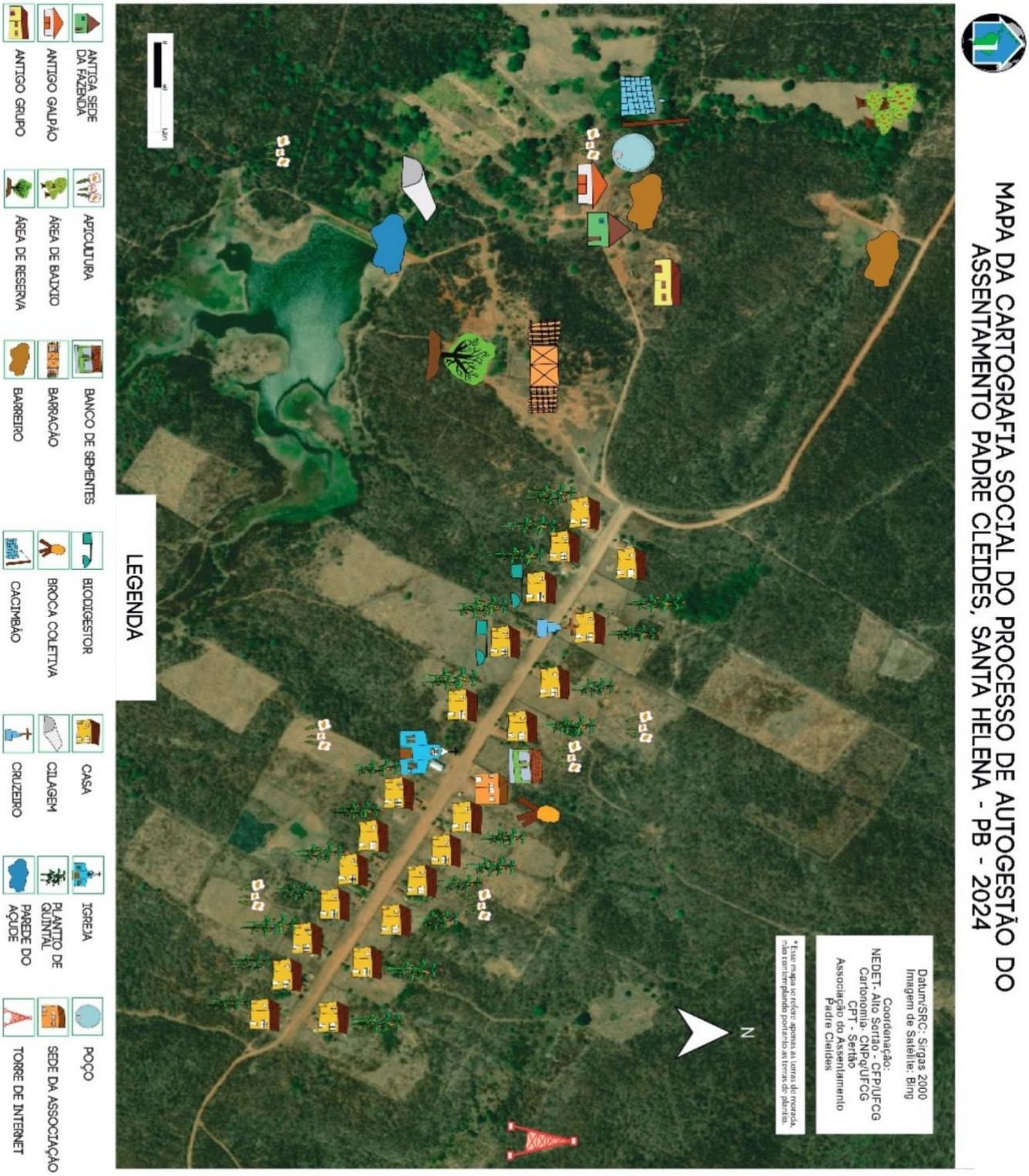
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Obtenção de terras.** Brasília: Governo Federal [2020] Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/obtencao-de-terras.Acesso em 26 de out. 2024.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (**PIBIC**). Disponível em: http://www.epr.unb.br/index.php/component/content/article/2-uncategorised/41-pibic**.** Acesso em: 26 out. 2024.

Programa de Bolsas de Extensão - PROBEX. Disponível em: https://extensao.ufcg.edu.br/acoes-e-programas/probex-ufcg.html. Acesso em: 26 out. 2024

Perfil do Município de Santa Helena. Disponível em : https://ideme.pb.gov.br/servicos/perfis-do-idhm/atlasidhm2013_perfil_santa-helena_pb.pdf/@@download/file/AtlasIDHM2013_Perfil_Santa-Helena_pb.pdf. Acesso em: 14 ago. 2024

7 ANEXO 1


MAPA DA CARTOGRAFIA SOCIAL DO PROCESSO DE AUTOGESTÃO DO ASSENTAMENTO PADRE CLEIDES, SANTA HELENA - PB - 2024
Datum/SRC: Sirgas 2000
Imagem de Satélite: Bing
Coordenação:
NEDET- Alto Sertão - CFP/UFCG
Cartonomia- CNPq/UFCG
CPT - Sertão
Associação do Assentamento Padre Cleides
*Esse mapa se refere apenas as terras de moradia, não contemplando portanto as terras de plantio.
N
LEGENDA
ANTIGA SEDE DA FAZENDA
ANTIGO GALPÃO
ANTIGO GRUPO
APICULTURA
ÁREA DE BAIXIO
ÁREA DE RESERVA
BANCO DE SEMENTES
BARRACÃO
BARREIRO
BIODIGESTOR
BROCA COLETIVA
CACIMBÃO
CASA
CILAGEM
CRUZEIRO
IGREJA
PLANTIO DE QUINTAL
PAREDE DO AÇUDE
POÇO
SEDE DA ASSOCIAÇÃO
TORRE DE INTERNET

ANEXO 2

TABELA 1 - ENUMERAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

ENUMERAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
ENTREVISTADO 1 SEXO-Masculino IDADE- 75 anos	*Fomos informados pela CPT que o INCRA, havia vistoriado e encontrado duas áreas, lá em Santa Helena, a gente poderia escolher uma das duas e acampar na porteira. A primeira era perto da pista, a gente não quis, aí escolhemos essa fazenda. Diassis deixou a gente montar as barracas perto da porteira, dentro da terra dele.*
ENTREVISTADO 2 SEXO-Masculino IDADE- 47 anos	*Ficamos acampados quase dois anos na porteira da fazenda, teve muita gente que desistiu, um dia antes da posse outros desistiram, queriam voltar, mas não podia mais, se sair perde o direito.*
ENTREVISTADO 3 SEXO-Masculino IDADE- 75 anos	*O conhecimento desse mapa foi importante para nós, uns vem para aprender e outros para ensinar, como vocês aqui, vem para ensinar a nois e aprender, a pouca coisa que a gente diz a vocês, vocês entendem.*
ENTREVISTADO 4 SEXO- Feminino IDADE- 39 anos	*Até para as crianças foi muito importante, a vinda de vocês aqui, eles se empolgaram muito, foi quem fez o desenho das casas, da igreja, de tudo.*
ENTREVISTADO 5 SEXO- Masculino IDADE- 47 anos	A *universidade é o conhecimento da letra e do estudo, é nois e o trabalho na terra e tem as trocas de experiências que vamos aprendendo.*

ENTREVISTADO 6 SEXO-Feminino IDADE- 39 anos	*O pessoal da universidade, aqui nos ajudou a conhecer mais a terra. Ajudou a comunidade a ter reconhecimento. A parte do mapa, foi muito importante, ficou bem visível o mapa da vila, ficou bem explicado, as casas, os lotes direitinho. Uma visão mais aberta, dizendo assim, para a mente da pessoa, é como se diz, cada dia um novo aprendizado, é através da universidade, deu para conhecer a comunidade.*
ENTREVISTADO 7 SEXO- Masculino IDADE- 22 anos	*Quando fala de interação entre faculdade e assentamento, eles trazem o conhecimento técnico que é como vocês fala, ou seja, professores, que veio aqui fazer as aulas, sobre silagem, cuidado com os animais, ou seja, trouxe o que muita gente não sabia, ou seja, essa relação traz conhecimento que a pessoa não é capaz de aprender sozinho é uma troca e essa troca gerou frutos, porque aprenderam a cuidar melhor do rebanho, da plantação. A universidade é primordial para essa troca de conhecimento.*

8 APÊNDICE

ROTEIRO DA ENTREVISTA[9]

Para melhor compreender o impacto e a significância da luta pela terra no Assentamento Padre Cleides, em Santa Helena-PB, é importante considerar o histórico de resistência e organização das famílias assentadas. A trajetória de luta pela Reforma Agrária na região reflete os desafios enfrentados pelos trabalhadores rurais na busca por acesso à terra e por condições dignas de vida. Nesse contexto, a luta pela terra não se restringe apenas à conquista de um espaço físico, mas envolve a construção de um território onde as famílias podem desenvolver-se, fortalecer sua identidade, culturas e criar novas formas de produção e convivência.

1. Como vocês percebem o processo de luta pela terra no contexto do Assentamento Padre Cleides, considerando as experiências e desafios vividos pelas famílias na construção desse território?

2. Como vocês compreendem o território, constituído enquanto assentamento, em termos de identidade, organização social e das experiências coletivas que moldam a vida das famílias que o integram?

3. Considerando as diferentes etapas da luta pela terra, como comparam as experiências vividas na fase de acampamento e na fase de assentamento no processo de construção do assentamento?

4. Como as oficinas de cartografia social, realizadas no assentamento Pe. Cleides contribuíram para a compreensão e construção coletiva do território, e de que maneira ela refletiu as experiências e saberes da comunidade?

[9] É importante ressaltar que os nomes apresentados na entrevista são nomes fictícios, não correspondendo a identificação de nenhum dos entrevistados.
A análise da entrevista, em decorrência do tempo, visou apenas focar nas percepções sobre PROBEX e PIBIC.

5. Como analisam a relação entre a universidade e a comunidade no contexto do assentamento, especialmente em termos de troca de saberes, colaboração e impacto das atividades desenvolvidas no local?